Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: março de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

'Licenciar é fácil quando as regras são claras'-Marta Salomon – Economia – O Estado de São Paulo – 01/03/2011 4

Grupo estuda entrada na usina de Belo Monte – Luiz Guilherme Gerbelli – Economia – O Estado de São Paulo – 01/03/2011 5

Dilma reajusta os benefícios do Bolsa Família após promessas de aperto fiscal – Tânia Monteiro e Thiago Décimo – Primeiro Caderno - O Estado de São Paulo – 02/03/2011 6

Commodities em alta devem alavancar exportações - Luciana Otoni - Valor Econômico - Brasil - 02/03/2011 7

Bolsa Família maior tira da miséria menos de 10% - Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 03/03/2011 9

Reinventar o mundo, a tarefa da Rio +20 – Washington Novaes –Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 04/03/2011 10

Bravas mulheres do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 04/03/2011 11

Fatia do Bertin em Belo Monte pode ir para Vale e Alcoa – Renato Andrade e Karla Mendes – Negócios – O Estado de São Paulo – 05/03/2011 15

Bolsa Família vira elo com eleitorado feminino- Eduardo Rodrigues – Nacional – O Estado de São Paulo – 08/03/2011 16

Governo estuda aumentar controle de regionais do Incra – Poder – Folha de São Paulo- 10/03/2011 17

A Ata do Copom é realista porém preocupante –Editorial Economico- O Estado de São Paulo – 11/03/2011 17

Excesso de chuva poderá afetar novo recorde da safra agrícola – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 11/03/2011 18

Cooperativismo gera bons resultados para a pecuária leiteira – Marco Aurélio Bergamaschi – Mercado – Folha de São Paulo – 11/03/2011 19

O Brasil investe mais - Carla Jimenez, Hugo Cilo e Cláudio Gradilone – Isto é – 11/03/2011 (edição 701) 20

Uma safra especialmente bem-vinda- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 13/03/2011 34

Uma safra especialmente bem-vinda- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 13/03/2011 35

Municípios precisam atualizar cadastros de 1,3 milhão de beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 15/03/2011 37

Brecha para estrangeiro obter terras é fechada – Capa – O Estado de São Paulo – 16/03/2011 39

Governo bloqueia compra de terras por estrangeiros – Marta Salomon – Nacional – O Estado de São Paulo – 16/03/2011 39

Preço agrícola cai com aversão ao risco- Filipe Domingues – Mercado – O Estado de São Paulo – 16/03/2011 40

Cientista da Embrapa é novo secretário de clima – Planeta – O Estado de São Paulo – 17/03/2011 41

Governo busca substituto para Bertin – Karla Mendes – Economia – O Estado de São Paulo – 17/03/2011 41

Cooperativas agregam valor e tecnologia – Eduardo Magossi - Economia – O Estado de São Paulo – 21/03/2011 42

Com escala, soja ainda é a principal matéria-prima – Eduardo Magossi – Economia- O Estado de São Paulo – 21/03/2011 43

Ministra debate plano de erradicação da pobreza com o presidente do Ipea – Sítio Eletrônico do MDS – 23/03/2011 44

Segundo pesquisador mexicano, transparência é uma das principais qualidades do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 25/03/2011..... 44

Centro-Oeste fica com 77% da receita de grãos – Márcia De Chiara – Economia- O Estado de São Paulo – 27/03/2011 45

‘Licenciar é fácil quando as regras são claras’-Marta Salomon – Economia – O Estado de São Paulo – 01/03/2011

Pacote de decretos que simplifica as licenças ambientais e acaba com a subjetividade será divulgado após carnaval

Às voltas com a liberação do canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, bloqueada pela Justiça – o primeiro tema a lhe tirar o sono no cargo –, o novo presidente do Ibama, Curt Trennepohl, não arrisca um prazo para a concessão da licença para a construção da usina.

Especialista em licenciamento ambiental e funcionário de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Trennepohl defende regras claras para concessão de licenças, sem demora: “É como uma soma de dois mais dois, não pode dar margem à subjetividade”.

Disso tratará um pacote de decretos da presidente Dilma Rousseff, previsto para ser divulgado depois do carnaval. Complicação maior do que Belo Monte vai ser o licenciamento de novas hidrelétricas no Rio Tapajós, na Amazônia, que o governo planeja ver em operação até 2019.

No momento, ele também se diz preocupado com o aumento do desmatamento na floresta, registrado pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O motivo seriam novas pastagens. Trennepohl deu a seguinte entrevista ao **Estado**:

● Qual a sua previsão para o Ibama liberar a licença para as obras da hidrelétrica de Belo Monte?

Neste momento, o governo busca suspender a liminar concedida pela Justiça Federal do Pará, que interrompe a instalação do canteiro de obras. Para a licença de instalação, continuam as análises. Os componentes indígenas, por exemplo, estão sendo trabalhados pela Funai. O cumprimento das condicionantes cabe aos empreendedores. Então, seria leviandade dar um prazo quando isso não depende exclusivamente de nós.

●Um dos principais desafios da sua gestão vai ser o licenciamento das novas hidrelétricas do Rio Tapajós, em áreas de conservação da Amazônia. Quão difícil será a o licenciamento?

As hidrelétricas do Rio Tapajós são obras mais impactantes porque atingem unidades de conservação. A mudança do limite das unidades vai exigir aprovação de leis específicas.

O processo ainda não chegou aqui. Mas, quando existem regras claras, o licenciamento é fácil. O problema hoje é que há lacunas na lei. Quando se judicializa um licenciamento, normalmente pede-se que o juiz supra uma lacuna que a lei não previu.

● Essa é a área em que o sr. se especializou, dos conflitos jurídicos do licenciamento.

É a área na qual eu venho atuando bastante. E ela é hoje uma área muito sensível porque há muita subjetividade. Um técnico que analisa um estudo de impacto ambiental sem uma regra clara fica inseguro e sujeito a chuvas e trovoadas.

Por outro lado, quando não há essa clareza, o Ministério Público pode ter um entendimento diferente do advogado público. Daí diz: é ilegal, e leva para a Justiça.

● O pacote de decretos que a presidente Dilma Rousseff prepara para depois do carnaval vai tratar desse problema especifico?

Esse pacote vai procurar estabelecer regras claras para dar maior segurança jurídica ao licenciado, ao licenciador e ao servidor também. Com certeza isso agiliza, porque sai da subjetividade, vai provocar menor judicialização.

● Outro efeito que se espera com o pacote é a redução do custo das condicionantes, que chegam a representar 17% do custo total de um empreendimento.

Principalmente no setor elétrico, esse custo embutido nas condicionantes é alto. Se vai ser construída uma linha de transmissão que vai passar por cima do rio, aproveita-se para exigir um estudo de migração e de população dos peixes (ictiofauna). São detalhes que têm de ficar claros, o que pode ser posto como condicionante, o que tem relação direta com o empreendimento. A margem de subjetividade hoje é muito grande. E isso atrasa também.

● O que atrasa mais: a análise do Ibama ou amá qualidade de alguns estudos apresentados pelos empreendedores?

Agora, quando não chega bem feito, a gente devolve. Nos últimos meses, a diretoria de licenciamento devolveu três ou quatro estudos por não estarem bem feitos. Quando o estudo vem capenga, somos obrigados a pedir complementações, há demora, e ela é imputada ao Ibama. Mas são casos isolados.

O estudo da hidrelétrica de Belo Monte foi um dos estudos de impacto ambiental mais bem feitos que já entraram no Ibama, mais consistentes tecnicamente.

● O sr. também tem pela frente a liberação da licença para a BR-319 na Amazônia, uma obra do PAC. Há muita pressão?

De sexta para cá, não houve nenhuma pressão. Eu não sei como está o processo. O que me tirou o sono foi Belo Monte, que é uma questão controversa.

O Ibama entende que a licença por etapas pode ser concedida, não é a primeira vez que isso acontece nem será a última. Tecnicamente e juridicamente, a coisa é muito clara: pode, pode; não pode, não pode. Existem condicionantes? Foram cumpridas? Então se licencia. É como uma soma de dois mais dois, não pode dar margem à subjetividade.

● Preocupa o aumento do desmatamento na Amazônia, detectado pelos satélites?

Isso preocupa e é uma prioridade. Percebemos um surto no município de Brasil Novo, no norte do Pará. Aquilo é abertura de pasto. Já mandamos a fiscalização.

● O sr. é funcionário de carreira do Ibama, foi corregedor. Que nota dá ao instituto?

Não posso dar nenhuma nota abaixo de dez, senão eu estaria falando mal do meu time.

Grupo estuda entrada na usina de Belo Monte – Luiz Guilherme Gerbelli – Economia – O Estado de São Paulo – 01/03/2011

A família Ermírio de Moraes começou a trabalhar no plano de investimentos do Grupo Votorantim para os próximos cinco anos. A estratégia completa só deve ficar pronta no segundo semestre,mas a família já decidiu que vai focar os recursos em três áreas prioritárias: cimento, metais e celulose.

É uma diferença em relação ao que aconteceu em boa parte dos últimos dez anos, quando o grupo apostou na diversificação e experimentou novas áreas, como tecnologia e biotecnologia, das quais já se retirou. “Demos chance para todo mundo, agora vamos ser mais seletivos”,diz José Roberto Ermírio de Moraes, do Conselho de Administração e presidente da Votorantim Industrial.

Para este ano, o volume de investimentos deve ficar em torno dos R$ 5 bilhões. Desse total, R$2,9 bilhões devem financiar a construção de 11 novas plantas de cimento, que o grupo pretende construir entre este ano e 2013. Esse projeto ampliará a capacidade de produção de cimento da Votorantim, que já é a maior do País, em mais 50%.

"Nos últimos dez anos,a Votorantim passou de um grupo que faturava R$ 6,2 bilhões, era muito diversificado e basicamente local, para uma estrutura que faturou R$ 29,5 bilhões no ano passado, mais focado e que cresceu internacionalmente", afirma Raul Calfat, diretor-geral da Votorantim Industrial e principal executivo do grupo.

Hoje, o Grupo Votorantim opera em 24 países – ante apenas um, fora o Brasil, dez anos atrás. É o oitavo maior do mundo em cimento, o maior em suco de laranja e celulose de fibra curta e o quinto em zinco. Resultados. No ano passado, as empresas da família Ermírio de Moraes registraram lucro líquido de R$ 4,9 bilhões, inferior aos R$ 6,3 bilhões do ano passado
– segundo o padrão contábil internacional IFRS, adotado este ano.

Segundo o relatório da administração, a queda é resultado do impacto cambial sobre a dívida do grupo e também sofre efeito de uma menor apropriação dos resultados do Banco Votorantim – que antes pertencia apenas aos Ermírio de Moraes e, hoje, tem o Banco do Brasil como sócio.

O Ebitda (lucro antes do pagamento de impostos, juros,depreciações e amortizações), indicador que mede o desempenho operacional, cresceu 20%de um ano para o outro, passando de R$ 5,5 bilhões em 2009 para R$ 6,6 bilhões no ano passado. O desempenho melhorou por conta da venda de cimento, alumínio e aço para a construção civil e as grandes obras de infraestrutura e em razão da valorização nos preços das matérias-primas que o grupo exporta.

Dois anos depois da crise internacional, que fez o grupo sofrer com a queda mundial no consumo de matérias-primas e perdas bilionárias em operações financeiras, a Votorantim afirma que a dívida do grupo atingiu níveis satisfatórios.

No segmento industrial,o prazo médio do endividamento foi estendido de 3,8 para 5,5 anos. A alavancagem medida pelo coeficiente dívida líquida/Ebitda encerrou o ano em 2,38 vezes. No auge da crise, o número era de 3,4 vezes, segundo Raul Calfat.

Dilma reajusta os benefícios do Bolsa Família após promessas de aperto fiscal – Tânia Monteiro e Thiago Décimo – Primeiro Caderno - O Estado de São Paulo – 02/03/2011

Um dia após o governo detalhar o pacote da "consolidação fiscal", que prevê um corte na carne de R$ 13,1 bilhões do Orçamento deste ano, a presidente Dilma Rousseff anunciou ontem um reajuste médio de 19,4% nos benefícios do programa Bolsa Família a partir de abril. O aumento deve provocar uma elevação de R$ 2,095 bilhões nas despesas do governo federal este ano. Será um aumento de 8,7% acima da inflação do período, superando a correção dada pelo governo ao salário mínimo.

Como reajuste, os valores pagos às famílias de baixa renda serão de no mínimo R$ 32 e no máximo de R$ 242, ante os atuais R$ 22 a R$ 200. A parcela variável, determinada segundo o número de filhos, aumentou 45,5% para os dependentes com idade entre zero e 15 anos, e 15,2% para a faixa de 16 a 17 anos. Na média, o valor do benefício subirá de R$ 96 para R$ 115.

Falando de improviso em pleno sertão baiano, Dilma afirmou que o governo "não fez política com o Bolsa Família em época de eleição". Os benefícios estavam sem aumento havia 18 meses.

A Bahia foi escolhida a dedo para a realização da cerimônia. O Estado tem o maior número de pessoas que recebem o Bolsa Família–1,65 milhão dos 12,9 milhões que têm este apoio governamental.

Segundo Dilma, o objetivo do governo com o reajuste foi privilegiar as famílias que têm mais filhos porque "crianças e adolescente têm mais dificuldades de enfrentar a vida". A presidente disse que os mais velhos têm a proteção da aposentadoria.

Em seguida, Dilma avisou que vai lançar, em breve, um programa de erradicação da miséria, sem especificar que novos benefícios serão criados para a população carente.

Cortes. Em Salvador, a presidente reagiu às críticas recebidas ao corte no Orçamento(que, segundo o governo, será de R$ 50 bilhões) e disse que fará de tudo para manter a inflação sob controle."Nós não teremos contemplação com a inflação", insistiu ela. "A inflação é como um câncer, que corrói o tecido econômico e social".

Commodities em alta devem alavancar exportações - Luciana Otoni - Valor Econômico - Brasil - 02/03/2011

Anegociação daVa l e com a China para reajustar em 20% o preço do minério de ferro no segundo trimestre e a elevação do preço do petróleo são fatores que aumentam as incertezas sobre o comportamento da balança comercial este ano. No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a avaliação é de que a estimativa de US$ 228 bilhões de exportação em 2011, 13% superior ao resultado de 2010, está subestimada e terá de ser revista.

Devido, em grande parte, à valorização das commodities, o saldo da balança comercial encerrou o primeiro bimestre em US$ 1,6 bilhão, 672% a mais que em igual período do ano passado. Em fevereiro, as exportações atingiram US$ 16,7 bilhões, recorde para o mês, com alta de 23% em relação a fevereiro de 2010. No ano, a receita com os embarques soma US$ 31,9 bilhões, 26% acima do obtido em igual período do ano passado. Os embarques de minério e petróleo somaram US$ 8,13 bilhões, o que representa 25,5% dos US$ 31,95 bilhões exportados no acumulado de janeiro e fevereiro.

As vendas de minério de ferro passaram de US$ 2,2 bilhões nos dois primeiros meses de 2010 para US$ 5,2 bilhões este ano — aumen to explicado pelo preço. No petróleo, o saldo nos dois primeiros meses foi positivo em US$ 1 bilhão, 53% a mais queem2009. As exportações de petróleo subiram 27,5% pela valorização do barril. Em fevereiro, a alta no preço foi de 21%.

Ocrescimento de petróleo e minério deve ser creditado principalmente ao forte aumento de preço, diz José Augusto de Castro, vicepresidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O volume de minério exportado nos primeiros dois meses deste ano foi praticamente o mesmo de 2010, mas o preço teve alta de 136,2%.

Ainda nas exportações de produtos básicos, a combinação de maior preço com maior quantidade embarcada explica as elevações de 282% nos embarques de trigo (US$ 243 milhões) e de 92% nas vendas de milho (US$ 564 milhões).

A expectativa do governo é que as cotações das commodities agrícolas e minerais

seguirão em trajetória ascendente. “A tendência é de alta dos preços para os grãos, conforme indicação da FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação].

Para o minério de ferro, as pressões de preços também se manterão”, disse o secretário-executivo- adjunto do MDIC, Ricardo Schaefer.

Ele avalia que exportações brasileiras acompanharão a recuperação da economia mundial, que deverá ser sustentada pelos mercados emergentes. As expectativas do governo são de ampliação das vendas para os mercados da Ásia, da América Latina e do Oriente Médio. Os dados do primeiro bimestre corroboram essa análise.

Os embarques de produtos brasileiros para a Ásia avançaram 40%, com alta de 57% para a China. Na

América Latina, a Argentina ampliou em 31% as compras de produtos brasileiros no período.

As importações de fevereiro atingiram US$ 15,5 bilhões, alta de 18% sobre igual mês de 2010. Esse desempenho elevou para US$ 30,3 bilhões as importações acumuladas nos dois primeiros meses, 20% superiores ao mesmo período do ano passado. Os bens de consumo puxaram os desembarques, com variação de 30,6% na média diária.

“Isso mostra que o mercado interno continua aquecido e estimulando as importações”, diz Castro.

Assim como as exportações, também o comportamento das importações possui um componente de imprevisibilidade. Para o MDIC, as medidas adotadas pelo governo para desacelerar a economia arrefecerão a expansão das compras nos exterior de bens de consumo. Por outro lado, os investimentos podem manter em alta a taxa de crescimento das importações de bens de capital O superávit de US$ 1,099 bilhão na balança comercial do petróleo bruto é 53% maior que o saldo de US$ 716 milhões apurado em igual período de 2010. Os dados do MDIC mostram que os embarques acumulados em janeiro e em fevereiro deste ano proporcionaram US$ 2,866 bilhões, 27,5% acima do verificado em igual período do ano anterior.

A alta decorre da exportação de 558 mil barris de petróleo bruto/dia. Em igual período do ano passado, a quantidade embarcada foi de 532 mil barris de petróleo bruto/dia, que proporcionaram US$ 2,248 bilhões.

Nas importações, as despesas com a aquisição de petróleo atingiram US$ 1,767 bilhão, 15,3% acima do gasto no primeiro bimestre de 2010. Entre janeiro e fevereiro deste ano, o barril de petróleo WTI negociado em NovaYork registrou média de US$ 89,66. Nos dois primeiros meses de 2010, o preço médio foi de US$ 77,43. (Colaborou Marta Watanabe, de São Paulo)

Bolsa Família maior tira da miséria menos de 10% - Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 03/03/2011

É o que representam as 500 mil famílias – de um universo de 5,4 milhões – que devem sair da extrema pobreza, com o reajuste anunciado por Dilma

O reajuste acima da inflação dos benefícios do Bolsa Família, anunciado anteontem, vai tirar da miséria cerca de 500 mil famílias cadastradas no programa de transferência de renda. Isso representa menos de 10% das famílias incluídas no programa e que ainda não superaram a pobreza extrema porque os pagamentos não são suficientes para que elas ultrapassem o limite de renda de R$ 70 mensais por pessoa da família, o que caracteriza a miséria no Bolsa Família.

A previsão oficial – divulgada ontem pela ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social)– foi feita com base em informações do cadastro de famílias pobres.O mesmo cadastro informa que 5,4 milhões das famílias beneficiárias do Bolsa Família não haviam conseguido superar a extrema pobreza apesar dos pagamentos mensais do programa.

"Demos um primeiro passo", comentou a ministra sobre uma das principais metas do governo Dilma Rousseff, de erradicar a miséria no país até 2014. Com o reajuste, o programa vai pagar entre R$ 32 e R$ 242 mensais. "Ninguém tem a expectativa de que esse aumento resolva a extrema pobreza. Não estamos trabalhando com uma meta fácil e ela não será alcançada apenas com transferência de renda."

Antes do aumento, as famílias consideradas miseráveis recebiam um benefício básico de R$ 68 por mês, independentemente do número de filhos. O valor foi corrigido em 2,9% e subiu para R$ 70.A parcela paga pelo número de filhos até 15 anos subiu 45,5%, de R$ 22 para R$ 32. No benefício médio, a correção foi de 19,4%.Ou seja, ficou acima da inflação, acumulada em 9,9% desde o último reajuste.

O benefício médio, que passará a R$ 115 mensais, é pago a uma família extremamente pobre com dois filhos crianças, por exemplo.Na região metropolitana de Salvador, citou a ministra, a diferença é suficiente para pagar o consumo de arroz e feijão da família. Apenas 0,1% dos 12,9 milhões de famílias beneficiárias receberá o benefício máximo, de R$ 242.

Justificativa. "As famílias com maior número de filhos são as mais pobres", disse a ministra, para justificar a opção de aumento percentual maior da parcela do Bolsa Família paga com base no número de filhos (até três crianças e dois jovens). Ontem, a ministra contou que o reajuste maior do que a proposta original do ministério foi concedido por decisão de Dilma. "A nossa proposta era mais tímida."

Segundo cálculos do ministério, o reajuste custará R$ 2,1 bilhões neste ano e cerca de R$ 2,8 bilhões no ano que vem. Tereza Campello revelou que o governo não cogita,por ora, fixar uma política de reajustes para o Bolsa Família, como se fez com o salário mínimo. "Não está nos nossos planos." No ano passado, por exemplo, os valores ficaram congelados. Não há previsão de um novo reajuste.

Decidida a não antecipar medidas em estudo para o plano de erradicação da miséria, a ministra comentou que pretende ver reduzido o número de beneficiários do programa à medida que os mais pobres encontrarem alternativas no mercado de trabalho. "Se o Brasil continuar crescendo como está e se formos eficientes, isso certamente vai acontecer", disse.

Reinventar o mundo, a tarefa da Rio +20 – Washington Novaes –Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 04/03/2011

O mundo árabe se agita, disparam as cotações do petróleo e de commodities agrícolas e cada país se pergunta o que acontecerá em sua economia – vai ganhar, vai perder, como ficará o preço dos alimentos, o que acontecerá nos setores mais pobres da população e assim por diante. Inclusive no Brasil. Porque as lógicas financeiras continuam a comandar tudo, condicionar decisões políticas e econômicas. Mas será esse o caminho para um futuro mais estável e mais desejável para a maior parte da população do mundo,que até meados deste século chegará pelo menos a 8,5 bilhões de pessoas (estamos próximos dos 7 bilhões)?

De certa forma, será esse o tema da chama da Rio + 20, a conferência da ONU que, de 14 a 16 de maio do ano que vem, no Rio de Janeiro, fará um balanço do que aconteceu desde a realização, ali, da Eco 92, quando foram aprovadas as convenções do clima e da biodiversidade, a Agenda 21 global e uma declaração sobre florestas. Nas próximas segunda e terça- feira,em Nova York, ocorrerá mais uma reunião preparatória da ONU. E ali já se discutirão, na sequência de outras reuniões – a última foi em Nairóbi,na penúltima semana de fevereiro –, propostas que certamente provocam muitas polêmicas,em razão dos diferentes problemas de cada país.A começar pela proposta de criar uma organização com autoridade e poder para implantar soluções ambientais e de desenvolvimento sustentável em âmbito mundial.

Na Rio +10, em Joanesburgo, 2002, propostas semelhantes já estiveram em discussão, como a de criar uma organização mundial do meio ambiente separada da ONU. E, depois de muita discussão, quando se argumentava que essa organização teria os mesmos problemas da ONU no plano mundial, o debate terminou com a reflexão de uma representante de ONG brasileira: "O jeito é tomarmos o poder na Organização Mundial do Comércio (OMC), que é quem decide mesmo."

A tarefa, de fato, é árdua, espinhosa mesmo. As convenções do clima e da biodiversidade avançam – quando avançam – com enorme dificuldade.A Agenda 21 global esbarrou no problema central: resolver as questões sociais que afligem a maior parte do mundo exigiria que os países desenvolvidos aumentassem sua contribuição para os países mais pobres de 0,36% do PIB global de então para 0,70% (hoje seriam US$ 420 bilhões).Esse valor, adicionado aos recursos próprios dos recebedores,permitiria resolver os problemas de saneamento, habitação, saúde etc. Mas nos 19 anos decorridos, essa contribuição não aumentou; ao contrário, caiu para 0,30% do PIB. Ainda agora, numa reunião preparatória da Rio +20, lembrou-se de que a proposta feita em Copenhague, em 2009, de os países ricos doarem US$30 bilhões anuais de imediato e US$ 100 bilhões anuais mais adiante, para resolver problemas do clima, praticamente ainda não saiu do papel.

Seja como for, na reunião de Nova York vão ser discutidas "medidas concretas de transição para uma economia verde";"mudanças nos regimes financeiros e comerciais internacionais"; consideração dos direitos de indígenas e outras populações tradicionais; compromissos para a criação de "empregos verdes"; e a "adoção de novos caminhos para o cálculo do PIB em cada país e no mundo" – este último ponto já sob a influência da comissão Stiglitz- Sen-Fitoussi, que propõe, entre muitas coisas, calcular o valor do trabalho doméstico (inclusive das mulheres na educação dos filhos) , o valor do trabalho informal, dos recursos naturais e outros.Não é pouco.E haverá na discussão representantes de empresas, da agropecuária e camponeses, povos indígenas, comunidade científica,

mulheres, trabalhadores e sindicatos, entre outros. A toda essa gente caberá preparar a estrutura do documento final a ser discutido no ano que vem.

Nas discussões até aqui,segundo observadores da ONG Vitae Civilis, que delas têm participado, a posição dos Estados Unidos tem oscilado entre avanço se recuos;China,Índia e muitos outros países mais pobres demonstram temer que as propostas levem à adoção de barreiras comerciais para seus produtos; na Europa são muitas posições diferenciadas – a França, por exemplo, apoia mudanças no cálculo do PIB.O Brasil tem proposto que o caminho para a governança global se dê com a "organização de uma instituição guarda-chuva que passaria a comandar agências como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente(Pnuma),as convenções do clima e da biodiversidade, um Conselho do Desenvolvimento Sustentável". Etudo para chegar aos objetivos maiores com um desenvolvimento não predatório de recursos naturais e a erradicação da pobreza. Propõe-se até que as reuniões das convenções do clima e da biodiversidade em 2012 sejam simultâneas com a Rio +20.

Nesta hora, muitos estudos e cálculos começam a ser apresentados. O Pnuma, por exemplo, pensa que é necessário US$ 1,3 trilhão anual (cerca de 2% do PIB mundial) para transformar a economia global numa "economia verde"–com baixos níveis de poluição e perda de recursos naturais; investindo em energias renováveis (US$ 350 bilhões/ano), transporte não poluente, construção sustentável, agricultura não agressora do meio ambiente etc. Não seria tanto, quando se lembra que os subsídios para o petróleo hoje vão a cerca de US$ 600 bilhões anuais.

A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que tem participado de reuniões preparatórias, diz que "a Rio+20 não se deve transformar em arena de acusações; devemos discutir as nossas falhas em relação às decisões de 1992". Já o respeitado ex secretário- geral da ONU Kofi Annan adverte: "As políticas agrícolas precisam ser mudadas para enfrentar a fome, a pobreza e os distúrbios sociais." É exatamente esse um dos pontos cruciais– como têm mostrado os acontecimentos no mundo árabe e suas repercussões no preço das commodities agrícolas e nos mercados internos dos países mais pobres.

Bravas mulheres do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 04/03/2011

A maior parte das políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem no sexo feminino o foco de suas ações, por considerar que elas tomam a melhor decisão em benefício do grupo familiar. O programa de transferência de renda é um exemplo, que prioriza a mulher como responsável por receber o benefício. Isso significa colocar quase R$ 1,2 bilhão por mês em mãos femininas

Brasília, 4 – A mulher é o ponto central das políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A maioria delas tem no sexo feminino o foco de suas ações, por considerar que elas tomam a melhor decisão em benefício do grupo familiar. O Programa Bolsa Família, por exemplo, prioriza a mulher como responsável por receber o benefício. Isso significa colocar quase R$ 1,2 bilhão por mês em mãos femininas. São elas que recebem os valores transferidos pelo programa: 93% das 12,9

milhões de famílias atendidas.

A transferência de renda e as oportunidades que surgem, especialmente nas áreas de assistência social, segurança alimentar e inclusão produtiva, com a inserção no Bolsa Família estão transformando a vida de milhões de mulheres em vários cantos do Brasil. No Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, o MDS presta uma homenagem a essas mulheres guerreiras que convivem e superam todo tipo de dificuldades com o relato de seis mulheres do município de Boa Vista, capital de Roraima. Elas vão representar as beneficiárias das políticas sociais de todo País e também aquelas que trabalham com os programas para que a parcela pobre da população brasileira tenha um futuro diferente.

O benefício do Bolsa Família pode significar a oportunidade de entrar na faculdade ou passar em um concurso público. Esse é o caso de Ednamar da Silva dos Santos, que aplicava uma parte do recurso recebido no sustento da filha e, com a outra, pagava cursinho para vestibular e concurso de agente administrativo da Prefeitura de Boa Vista. Trabalhava como empregada doméstica e foi aprovada em ambos, quando devolveu o Bolsa Família. Ela considera o benefício do MDS o ponto de partida para as suas conquistas. Ednamar já ganha gratificação por mérito na secretaria municipal que faz a gestão do programa que contribuiu para o seu progresso. “Depois da compra do carro, meu sonho é construir uma casa melhor”, avisa, apostando no futuro. Ela tem dois filhos e cursa Pedagogia.

Mais conforto – Em outros casos, a transferência de renda representa o fim da fome, a manutenção dos filhos na escola e o árduo trabalho com mais conforto. Esta situação é vivida por Geovane Ribeiro dos Santos, que aplica a maior parte do benefício na compra de alimentos, uniforme e material escolar. A beneficiária, que não é alfabetizada, conseguiu adquirir uma máquina de lavar roupa e substituiu as cansativas e diárias lavagens no tanque, que ocupavam todos os seus dias, além de provocar alergia em suas mãos. O valor do Bolsa Família e o que arrecada por dois clientes constantes que levam roupas de 15 em 15 dias, a R$ 2 a peça, é praticamente toda a renda de que a família dispõe. O marido não tem ocupação fixa. Já trabalhou com carteira assinada há muitos anos, mas encontra dificuldades para voltar ao mercado formal.

A moradora de Boa Vista se emociona ao contar como foi inserida nos programas de transferência de renda do MDS. “O pessoal da secretaria chegou aqui e disse que os meus filhos não poderiam continuar vendendo pão nas ruas. Que eles não podiam trabalhar e precisavam estudar”. Dessa forma, os filhos de Geovane foram incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, integrado depois ao Bolsa Família. Embora ainda lute com dificuldades, ela diz que a vida de sua família melhorou muito com o Bolsa Família. “Depois que entrei no programa, nunca mais a gente passou fome”, afirma.

Mais renda – O trabalho como doméstica impedia Neide Simão de acompanhar o desenvolvimento dos oito filhos, que ficavam na rua em área violenta correndo riscos. Ao tomar conhecimento da queda no rendimento escolar, mesmo com o marido desempregado, a beneficiária preferiu apostar em uma atividade que pudesse conciliar com a vida domiciliar. À época, fez 12 panos de prato e, quando o marido André saiu para procurar trabalho, tentou, sem sucesso, vendê-los. A experiência negativa não desanimou o casal e,

no dia seguinte, o processo foi repetido, desta vez com sucesso. “Como havia prometido quando saiu de casa, ele vendeu todos e ainda trouxe encomenda”, conta Neide.

Ana Nascimento/MDS



Ednamar devolveu o cartão do Bolsa Família

A situação começou a melhorar quando uma técnica da prefeitura visitou a família e a cadastrou, em 2002, para que eles passassem a receber a transferência de renda. Foi incluída no Bolsa Família em 2004. O marido também conseguiu um emprego no Governo de Roraima, fazendo serviços gerais e ganhando um salário mínimo. Com essa renda, o casal tinha que alimentar dez pessoas.

O valor do benefício possibilitou que Neide passasse a investir no artesanato. Comprou revistas, fez cursos na associação de mulheres e também recebeu dicas de quem comprava suas peças. “Com os R$ 60 que recebia do Bolsa Família, R$ 30 eram destinados à compra de alimentos e a outra parte para aquisição de material de artesanato”, lembra.

Quatro dos filhos já não moram mais com a mãe, mas trabalham com ela nas peças de artesanato que fazem sucesso em Boa Vista. Com o curso de informática, as filhas criaram uma marca e estão começando a divulgação via internet. No entanto, ainda encontram dificuldade no escoamento da produção. O casamento de uma das filhas foi todo produzido pelas mãos habilidosas e criativas da família, desde o vestido da noiva até os enfeites da igreja. O progresso ainda não foi suficiente para que os Simão deixem o programa. “O Bolsa Família é meu porto seguro, ainda”, reforça Neide. Com o dinheiro do benefício, ela pagou cursos de informática e passagens para todos os filhos. Tatiane Simão, uma das filhas, foi mais além: Já fez cursos de relações interpessoais e técnicas de vendas.

Mais qualificação – Maria Juzeuda Souza Nascimento prioriza a alimentação e os cuidados com os nove filhos. Também comprou uma moto que a leva para vários lugares de Boa Vista. Está sempre pronta para ajudar os outros e, por isso, decidiu, há cinco anos, voltar a estudar. Terminou o ensino médio e, atualmente, cursa o ensino superior em uma escola privada. Optou por fazer Serviço Social. “O contato com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e as assistentes sociais despertaram a minha vontade de fazer este curso”, explica, ao ser questionada sobre sua opção na faculdade.

Além do trabalho como zeladora em uma escola, Juzeuda passa roupa e faz faxina nos finais de semana e luta para evitar que o marido tenha uma recaída. Dependente químico, ele deixou a bebida e a droga há oitos meses. Aos 38 anos, a beneficiária acredita que terá

um futuro melhor com o ensino superior. “Vou atrás de um lugar para trabalhar e ganhar um pouco mais”. Sua preocupação é dar mais conforto aos filhos. “Amanhã ou depois, esse Bolsa Família vai servir para outra pessoa”. A família é composta por 11 pessoas, três filhos de Juzeuda e mais seis do marido.

Mais estudos – A vida de Patrícia Pereira da Silva é mais fácil. Ela também trabalha como zeladora com carteira assinada e ganha um salário mínimo. Mora em uma chácara cedida com o marido e cinco dos seis filhos, todos homens. Mesmo residindo na área rural, ela incentiva os filhos a estudarem. “Fiz a inscrição em um cursinho de surpresa para o Lidione, de 18 anos, e o comuniquei no dia do aniversário dele”, contou a beneficiária do Bolsa Família. Estudioso, o filho não só frequentou o cursinho assiduamente como passou na seleção e cursa o segundo ano na Escola Agrotécnica Federal de Roraima.

Ana Nascimento/MDS



Família Simão produz renda com artesanato

No natal de 2010, o presente foi outro: “Guardei, todo mês, R$ 50 do Bolsa Família e o mesmo valor do meu trabalho, e comprei um computador pra ele estudar”, comemora a mãe orgulhosa. Além do computador, Patrícia também comprou duas bicicletas para facilitar o transporte da família. Os recursos do programa são usados em alimentação e especialmente nos estudos dos filhos que, com exceção do mais velho, de 22 anos, estão na escola.

Mais sapatos – A gestora municipal do Programa Bolsa Família, Iraci Oliveira da Cunha, titular da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania, também integra o grupo de mulheres batalhadoras de Boa Vista. Ela também venceu muitas dificuldades e, para estudar, fazia serviços domésticos em casas de família, porque os pais moravam no interior e eram pobres. “A gente teria tido mais facilidade se o Bolsa Família existisse à época”, observa. Ela conta que as irmãs – são sete – usavam o mesmo sapato para ir à escola, pela manhã uma usava e à tarde o mesmo par calçava os pés de outra.

Iraci Oliveira destaca as condicionalidades do programa, especialmente na área de educação. “O que o programa tem de mais bonito é a oportunidade para o futuro, com a exigência de que a criança esteja na escola”. A gestora credita ao empenho da equipe a exemplar gestão municipal do Programa Bolsa Família, que é compartilhada entre o Governo Federal, estados e municípios.

As histórias de Boa Vista personificam as mudanças ocorridas na vida de cerca de 50 milhões de pessoas, população atendida apenas pelo Bolsa Família. Entre as mulheres esse

efeito é maior. Com o dinheiro, elas passaram a ter maior inserção social e poder de compra. Também aumentaram sua participação no mercado de trabalho, o dobro em relação aos homens. Descobriram espaços em novas profissões. Com o Bolsa Família e o Próximo Passo – qualificação profissional realizada em parceria com o Ministério do Trabalho – as mulheres se tornaram pedreiras, pintoras de parede e conquistaram os empresários do ramo pela delicadeza e atenção nos acabamentos da construção civil.

Outro destaque é a lista de profissões antigamente relegadas aos homens, na área de petróleo e gás. Com reforço escolar no ensino fundamental e médio, elas abrem caminho também nesse setor ao passar nas provas de seleção da Petrobrás em estranhas ocupações, como caldeireira e instrumentista montadora. As mulheres, mesmo as mais pobres, estão começando a acreditar que podem fazer tudo, até ser presidenta da República.

Acesse o boletim: A força das mulheres do Bolsa Família

Fatia do Bertin em Belo Monte pode ir para Vale e Alcoa – Renato Andrade e Karla Mendes – Negócios – O Estado de São Paulo – 05/03/2011

Segundo ministro Edison Lobão, governo trabalha com várias alternativas e a questão será resolvida 'dentro de pouco tempo'

A Vale e a Alcoa podem assumir a participação da Gaia Energia na sociedade que irá administrar a hidrelétrica de Belo Monte (PA). As negociações para encontrar um substituto para a empresa do Grupo Bertin se intensificaram há duas semanas, depois que a diretoria da companhia anunciou a saída do projeto.

"Temos muitas alternativas. Isso vai ser resolvido dentro de pouco tempo", afirmou ontem o ministro de Minas e Energia,Edison Lobão. A expectativa é de que o substituto seja conhecido na segunda quinzena do mês.

A Gaia Energia dividia com a siderúrgica Sinobras a parcela de10% do empreendimento destinada aos chamados auto produtores de energia, que são empresas que entram como sócias de hidrelétricas para usarem parte da eletricidade a ser produzida em suas fábricas.

O interesse principal do governo é colocar no lugar da Gaia uma empresa com esse perfil. Na semana passada, a Vale confirmou que estava fazendo uma análise "técnica e econômica" do projeto de Belo Monte. A usina, que será construída no rio Xingu (PA), terá capacidade de produzir até 11.233 megawatts (MW) de eletricidade, o que a colocará como a terceira maior hidrelétrica do mundo. O volume médio,entretanto,será bem menor: 4.571 MW.

Lobão disse ontem que até mesmo a EBX,do empresário Eike Batista, estaria na lista de possíveis interessados em entrar no projeto.O ministro chegou até a cogitar a possibilidade da parcela da Gaia– de 9%–ser abocanhada por uma das construtoras que irão erguer a usina.

"Podem ser os atuais participantes (do consórcio), podem ser as grandes empresas, a Odebrecht, a Camargo, e assim por diante", disse o ministro.

Parcelas. Odebrecht e Camargo Corrêa não participam da Norte Energia, mas integram o consórcio de dez construtoras que será responsável pelas obras da usina. O grupo de construtores é liderado pela Andrade Gutierrez. Apesar do sinal dado por Lobão, o mais provável é que a participação da Gaia fique mesmo com uma empresa que faz uso intensivo de eletricidade. As grandes construtoras poderão entrar no grupo de controle da hidrelétrica, mas comprando as parcelas que estão atualmente nas mãos de pequenas e médias empresas do setor.

A construção dos canteiros de obra da usina foi liberada na quinta-feira, depois que o governo conseguiu derrubar uma decisão da Justiça Federal do Pará que suspendeu a licença concedida pelo Ibama.

O Ministério Público Federal no Pará, autor da ação que pedia a suspensão do documento do Ibama, criticou a liberação da obra pelo Tribunal Regional Federal(TRF) da 1.ªRegião,em Brasília. "O início da obra sem as condicionantes pode provocar o caos em termos de infraestrutura na região de Altamira", disse, em nota, o procurador Ubiratan Cazetta.

Bolsa Família vira elo com eleitorado feminino- Eduardo Rodrigues – Nacional – O Estado de São Paulo – 08/03/2011

Uma semana após anunciar um reajuste médio de 19,4% para o Bolsa Família, a presidente Dilma Rousseff buscou, em seu programas em anal de rádio *Café com a Presidenta*, aproximar-se do eleitorado feminino, afirmando que o aumento nos benefícios abriu as comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado hoje. O programa social, ressaltou a presidente, é feito "para as mulheres, para a sua família e seus filhos".

O reajuste deve elevar o benefício médio de R$ 96 para R$ 115, com ganho real – descontada a inflação – de 8,7% sobre o período entre setembro de 2009 e este mês. Dilma destacou que o aumento maior para a parcela paga com base na quantidade de filhos, que chega a 45% ,tem o objetivo de dar uma proteção adicional a crianças e adolescentes.

"Eles estão em fase de crescimento, precisando se alimentar melhor.Você que tem uma criança em casa sabe muito bem: é nessa fase que a mãe tem que gastar mais dinheiro com os filhos, comprando comida, acompanhando o peso, acompanhando o crescimento", disse Dilma, lembrando que as famílias mais pobres também são aquelas que geralmente têm mais crianças.

"Eu sou mãe", prosseguiu, "e imagino como é difícil para uma mãe ouvir um filho pedir comida e não ter para dar. Isto talvez seja o maior benefício do Bolsa Família." De acordo com a presidente, o reajuste do programa também representou um passo para a implantação do Programa de Erradicação da Miséria, um dos carros-chefe de sua campanha presidencial. Pelas contas do governo, o aumento dos benefícios deve atender a 12,9 milhões de famílias e gerar uma despesa extra de R$ 2,1 bilhões em 2011, o que obrigará a um remanejamento de outros gastos.

Governo estuda aumentar controle de regionais do Incra – Poder – Folha de São Paulo- 10/03/2011

O governo federal estuda promover mudanças na estrutura do Incra para aumentar os mecanismos de controle de suas superintendências regionais, alvos de suspeitas de corrupção.

As alterações, segundo publicou ontem o jornal "O Estado de S. Paulo", diminuiriam a autonomia dos superintendentes, parte deles indicada por partidos aliados, e concentraria poder de decisão e recursos financeiros na cúpula do órgão, em Brasília, disputada por correntes do PT.

As reformas são especificadas em uma minuta de decreto, na qual aparecem os órgãos "diretoria-geral" e "corregedoria-geral", inexistentes na norma de 2009.

A "diretoria-geral" teria entre suas ações "coordenar e supervisionar as superintendências regionais na execução das suas atividades finalísticas", além de "coordenar e monitorar a programação orçamentária e financeira".

Já a "corregedoria-geral" acompanharia "o desempenho dos servidores e dirigentes das unidades do Incra, fiscalizando e avaliando sua conduta funcional".

A associação de servidores do Incra vê nas mudanças um prólogo para o fim do órgão.

O Incra não se pronunciou. À **Folha** o Ministério do Desenvolvimento Agrário disse não conhecer a minuta.

A Ata do Copom é realista porém preocupante –Editorial Economico- O Estado de São Paulo – 11/03/2011

Talvez a melhor avaliação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) foi a de Paulo Petrassi, da Leme Investimentos, que a considerou "uma ata bem escrita e não tão torcedora quanto as anteriores". O documento é realista, sem concessões políticas, e com a palavra "incerteza" repetida diversas vezes.

Apenas no parágrafo 31 aumenta a incerteza a respeito da política monetária ao dizer que "a eventual introdução de ações macro prudenciais pode ensejar oportunidades para que a estratégia da política monetária seja reavaliada". Não se trata de abandona ruma política "com vista a assegurar a convergência tempestiva da inflação para a trajetória de metas", mas apenas de recorrer a medidas paralelas para reforçá-la.

Os membros do Copom reconhecem que o cenário prospectivo para a inflação não evoluiu favoravelmente desde a última reunião. Atribuem esse fato a uma série de fatores: a inércia trazida de 2010; a dinâmica dos preços de alimentos em parte reflexo de choques de oferta doméstico se externos; a concentração atípica de reajustes dos preços administrados; os riscos derivados do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e as da

demanda, no caso de uma demanda ainda robusta que tem suas causas na expansão do crédito e na melhora dos rendimentos,da situação do emprego e do preço das commodities.

A ata refere-se ao papel das variáveis fiscais e à importância da geração de superávit primário, e leva em conta a contenção das despesas públicas que, se for aplicada, deverá ajudar a luta contra a inflação.

Levando em conta todos esses fatores, e na esperança de que os reajustes salariais acompanharão um avanço real da produtividade, o Copom acredita que, embora as pressões inflacionárias continuem fortes até o final do terceiro trimestre, há possibilidade de que nos três últimos meses do ano essas pressões recuem, evitando que no próximo ano se registre, como neste,uma transmissão inercial da elevação dos preços.

Não é uma perspectiva considerada como certa, pois vai depender do clima internacional e, especialmente, do sucesso do governo na limitação dos gastos públicos, fonte da expansão de uma liquidez nociva, criadora de pressões inflacionárias que, como lembra a ata, reduzem os investimentos e o potencial de crescimento da economia, sem esquecer seu efeito regressivo sobre a distribuição da renda, pois os que recebem um rendimento modesto são as maiores vítimas da inflação.

Excesso de chuva poderá afetar novo recorde da safra agrícola – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 11/03/2011

Se as chuvas continuarem, o país não deverá atingir as previsões acima de 151 mi de toneladas

Conab prevê 154,2 mi, e IBGE, 151,2 mi de toneladas; produtor de soja pode ter prejuízo com a umidade do grão

A colheita avança, e a produção brasileira de grãos deste ano poderá registrar mais um recorde. Nos cálculos da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), deverá atingir 154,2 milhões de toneladas.

Já o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) prevê 151,2 milhões de toneladas. A safra do ano passado ficou em 149,5 milhões.

Quando as máquinas pararem de colher soja neste ano, a Conab espera que o Brasil tenha obtido 70,3 milhões de toneladas. Já os cálculos do IBGE apontam para 69 milhões de toneladas.

Algumas consultorias, como a AgRural, de Curitiba (PR), preveem números maiores: 71,6 milhões de toneladas. Para a Céleres, de Uberaba (MG), a safra fica em 69,8 milhões de toneladas.

A concretização de uma safra recorde depende, ainda, do clima. Enquanto as vendas antecipadas já somam 55% do produto a ser colhido, as máquinas avançaram apenas sobre 25% da área a ser colhida.

Em Mato Grosso, líder em produção, a colheita de soja está próxima de 40%, abaixo dos 62% de igual período de 2010, segundo o Imea (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária).

Até o Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) elevou ontem as estimativas da safra de grãos do Brasil. A produção de soja será de 70 milhões de toneladas, enquanto a de milho sobe para 53 milhões.

Se as chuvas persistirem, o país poderá não atingir os patamares previstos. Além disso, os produtores -que estão obtendo bons preços pela soja neste ano- terão perda de produtividade e descontos elevados devido à umidade da oleaginosa.

O maior volume total de grãos a ser obtido neste ano se deve à elevação da área de plantio, que poderá atingir 49 milhões de hectares nas safras de verão e de inverno, na avaliação da Conab (mais 3,1% sobre a de 2010).

A boa safra decorre também de uma ligeira melhora na produtividade, que deverá ficar em 3.156 quilos por hectare. Segundo o IBGE, o rendimento médio das lavouras de algodão aumenta 6,5% neste ano; o do arroz, 10,9%, e o do feijão, 8,1%. Soja e milho têm menor rendimento neste ano, avaliam a Conab e o IBGE.

A safra brasileira, em crescimento contínuo, está baseada praticamente em três produtos: soja, milho e arroz. Os três são responsáveis por 90% da produção brasileira.

A segunda maior cultura do país, o milho, não repetirá a produção de 2010. A Conab e o IBGE preveem safra próxima a 55 milhões de toneladas, 1,7% menos.

Um dos principais destaques do ano é o algodão, produto que vem batendo recordes de preço. Incentivados pela previsão de lucro, os produtores semearam 1,3 milhão de hectares, 56% a mais do que no ano passado. Com aumento de 6% na produtividade, a safra de algodão em caroço subirá 65%.

A safra de arroz sobe e o volume a ser obtido ficará em 13 milhões de toneladas.

Cooperativismo gera bons resultados para a pecuária leiteira – Marco Aurélio Bergamaschi – Mercado – Folha de São Paulo – 11/03/2011

A maioria dos produtores brasileiros de leite é constituída por pecuaristas de pequeno porte, o que dificulta tanto a compra de insumos como a venda dos produtos. Raramente o produtor, individualmente, consegue boa negociação e acaba submetido aos preços, aos prazos e às condições impostas pelas empresas ofertantes e pelas indústrias processadoras.

A falta de planejamento e de organização, observada com frequência nas propriedades, estende-se às relações do produtor com sua cooperativa, entre outros produtores e destes com os demais elos da cadeia produtiva do leite.

Apesar de no Brasil as cooperativas captarem e processarem cerca de 40% do total do leite produzido, elas são vistas, pelos próprios cooperados, quase que exclusivamente como locais para entrega do produto.

A pequena participação dos mesmos nas decisões e no dia a dia enfraquece a sociedade cooperativa. Assim, ficam inibidos os benefícios que poderiam ser gerados pela união de pessoas com um objetivo comum.

Por isso, não basta apenas constituir a entidade. A participação de cada sócio é fundamental, seja na deliberação dos assuntos ou na tomada das decisões. A força de uma organização dependerá da profissionalização de sua gestão e também do comprometimento e da fidelidade de cada associado à sua entidade.

As vantagens advindas de organizações formais, bem estruturadas e geridas, como associações e cooperativas, são enormes.

EXEMPLOS

Além de melhores preços na compra e na venda, as cooperativas oferecem informações e assistência técnica que ajudam a melhorar a atividade dos associados.

No caso de regiões onde não há laticínios, elas podem prestar serviços de recebimento, de processamento e de comercialização de derivados lácteos, em maior volume, obtendo melhores resultados. Tudo isso remunerando o produtor de forma justa.

Os setores reconhecidos como "fortes" em qualquer ramo da economia, no Brasil ou no exterior, estão normalmente organizados e representados por algum tipo de organização social, como cooperativas, associações ou sindicatos.

Na cadeia do leite não é diferente. Vários exemplos podem ser encontrados em países importantes para a produção leiteira. A fusão de cooperativas na Nova Zelândia possibilitou a diminuição de custos e o país é hoje o maior exportador mundial de leite em pó. O Canadá é outro caso de associativismo bem-sucedido. Dois exemplos para o cooperativismo brasileiro.

MARCO AURÉLIO BERGAMASCHI é médico veterinário, doutor e responsável pelo Sistema de Leite da Embrapa Pecuária Sudeste (São Carlos - SP).

O Brasil investe mais - Carla Jimenez, Hugo Cilo e Cláudio Gradilone – Isto é – 11/03/2011 (edição 701)

O ano de 2010 deu às empresas brasileiras o gostinho do que pode ser um ciclo vigoroso e continuado de expansão da economia pelos próximos anos. O crescimento de 7,5% do PIB registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi suficiente para que as companhias ganhassem confiança na capacidade do País de superar crises e programassem investimentos ambiciosos.

A despeito de uma redução do ritmo de crescimento neste ano, nunca se investiu tanto no setor produtivo no Brasil como agora, ao menos em termos absolutos. Recursos anuais da ordem de R$ 825 bilhões vão movimentar a economia até 2014, como mostra uma projeção divulgada no final de fevereiro pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Um levantamento da agência de risco Austin Ratings mostra que o Brasil superou o investimento de meio trilhão de reais ao ano, a valores presentes, apenas quatro vezes na sua história: em 1989, 2006, 2007 e 2008 – três anos atrás o País investiu o equivalente a R$ 587 bilhões, o máximo registrado até hoje.

Consolidados, os investimentos previstos pelo banco de fomento nos próximos quatro anos resultam numa dinheirama de R$ 3,3 trilhões, que será empregada na ampliação de fábricas, expansão de unidades de negócios, extensão de rodovias, construção de infraestrutura logística e de transportes, portos, estádios e usinas hidrelétricas e eólicas, entre outros.

Essa montanha de dinheiro representa mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2009, e um pouco menos do que o PIB de 2010, que fechou em R$ 3,67 trilhões. **É como se tudo o que o País produziu de riquezas num único ano fosse transformado em investimento produtivo.**

Os exemplos práticos mostram que não se trata de otimismo "oficial" de um banco público, nem tampouco mera manutenção de operações existentes. É mais dinheiro novo para projetos de expansão (leia destaques). Senão vejamos.

A estatal Petrobras, maior empresa brasileira, e a Vale, a número 1 do setor privado, vão investir, respectivamente, R$ 93 bilhões e US$ 24 bilhões neste ano. A Braskem, o braço petroquímico do grupo baiano Odebrecht, colocará R$ 1,6 bilhão na cadeia petroquímica até dezembro – especialmente para a produção de plásticos verdes, derivados da cana-de-açúcar.



A Duratex, que concentra os negócios industriais do grupo Itaú, investirá cerca de R$ 1,2 bilhão até o ano que vem. Outras empresas já traçam planos para um cenário um pouco mais longo. A gaúcha Gerdau, por exemplo, anunciou que investirá R$ 10,8 bilhões até 2015, dos quais 75% destinados a suas operações no Brasil.

A Galvão Energia gastará em torno de R$ 2 bilhões em seu projeto de implantação de usinas de energia eólica num prazo de cinco a sete anos. Ao mesmo tempo, a indústria de cimento começa a erguer novas plantas para alcançar a produção de 107 milhões de toneladas em 2015, 70% a mais do que a capacidade atual. Para se ter uma ideia, uma unidade fabril para produzir um milhão de toneladas de cimento pode consumir até US$ 250 milhões.

A avaliação de especialistas é que tudo só tende a ficar melhor. **"A tendência daqui em diante é de que o volume de investimentos se acentue", diz o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.**

O segmento de máquinas e equipamentos, por exemplo, aproveita o bom momento e a taxa de câmbio favorável (em torno de R$ 1,65) para se modernizar e atender ao setor produtivo. Serão R$ 4,8 bilhões desembolsados em 2011, quase 20% a mais do que no ano passado.

Esses números vistosos representam uma pá de cal sobre uma certa visão catastrófica, que vem grassando em certos setores da academia e mesmo em parcelas do empresariado nos últimos anos, traduzida na tese da desindustrialização do País, em decorrência do crescimento recente mais acentuado das importações.

Certamente não será para se instalar em Honduras ou no Paraguai que os empresários brasileiros se dispõem a aumentar em quase 60% o volume de investimentos previstos para o setor industrial entre 2011 e 2014, de acordo com o levantamento do BNDES. Nesse período, prevê o banco, os desembolsos na indústria brasileira devem chegar a R$ 614 bilhões, contra R$ 387 bilhões nos quatro anos anteriores.



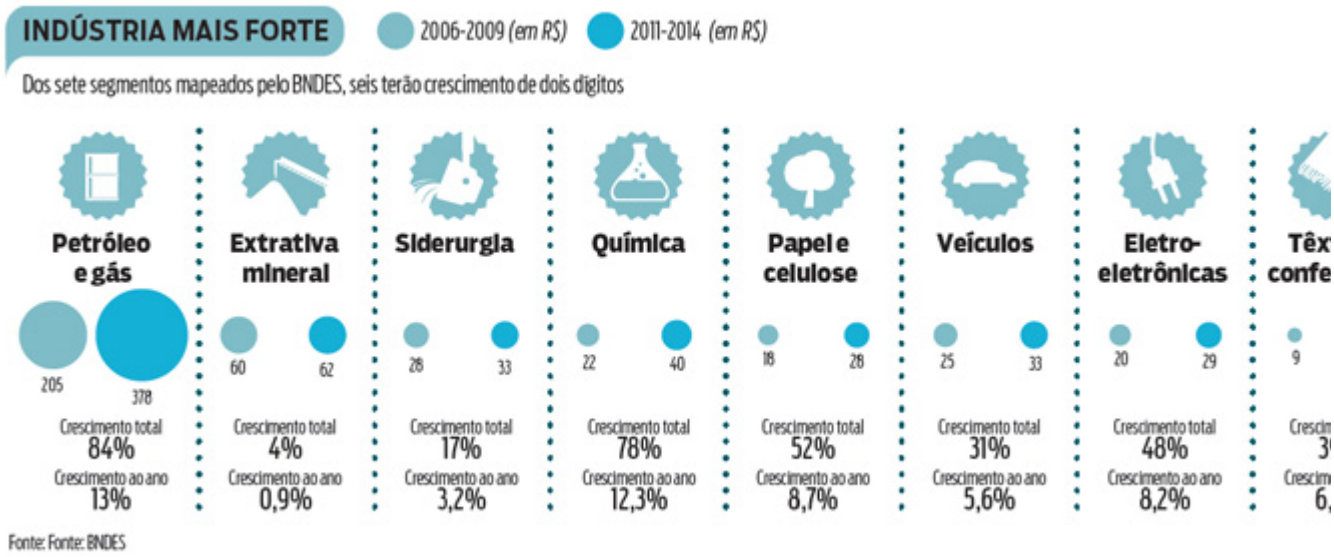
“Não nego que haja risco quando aumentam as importações, mas, diante desses investimentos, a desindustrialização não tem a menor possibilidade de ocorrer”, afirma o professor Fernando Sarti, do Núcleo de Economia Industrial e de Tecnologia da Universidade de Campinas (Unicamp).

Para Sarti, a retomada de investimentos depois da crise de 2009 guardou as mesmas características do período que a antecedeu. “Mais importante que a quantidade de dinheiro em jogo é o fato de a expansão da economia vir novamente sustentada em cima do investimento”, diz Sarti.

A formação bruta de capital fixo, que é o conceito formal para a taxa de investimentos – engloba tanto projetos de expansão das empresas quanto a compra de máquinas e equipamentos –, cresceu 21,8% no ano passado, segundo o IBGE. O consumo das famílias, por outro lado, aumentou 7% sobre 2009.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que em 2011 a formação bruta de capital crescerá outros 15%. Até mesmo as projeções mais pessimistas mostram um cenário favorável aos negócios neste ano, afirma Agostini. “Expansão de 4% do PIB ainda é muito positivo, pois crescerá em cima de uma taxa muito robusta”, afirma. A expectativa do

mercado financeiro é de uma expansão de 4,3% para o PIB este ano, mas o governo acredita em 5%.



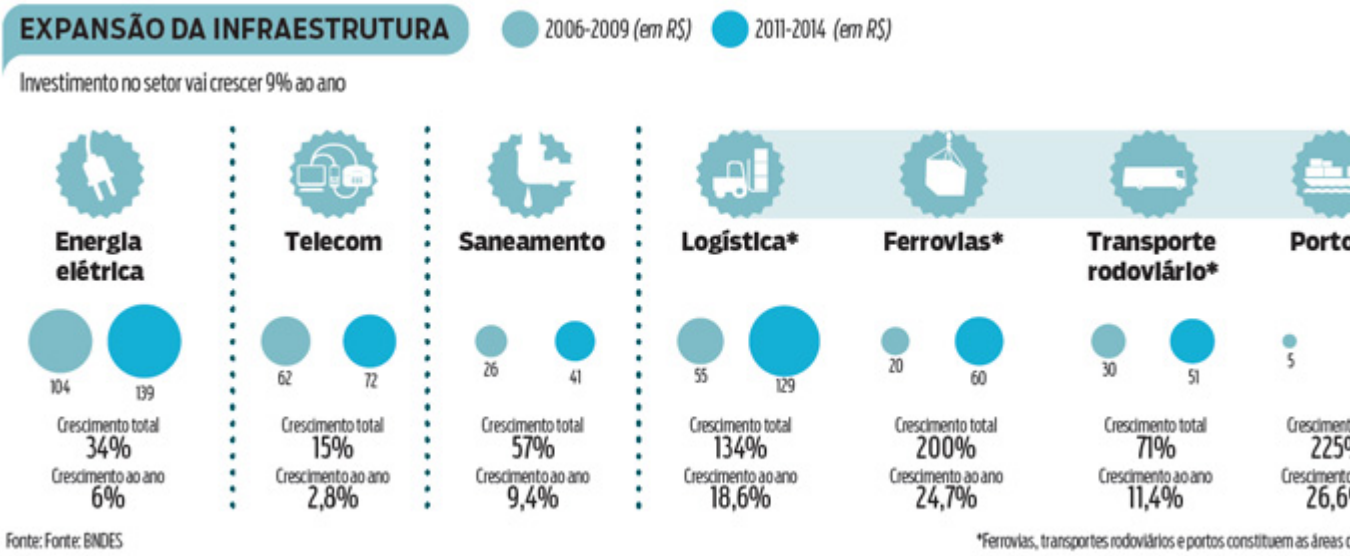
Positivo em termos gerais, esse cenário nada tem de idílico, porém. Há obstáculos no caminho a serem ultrapassados. Embora a economia real mostre um panorama otimista, os dados do IBGE revelam também que, em termos relativos, o Brasil ainda não conseguiu quebrar a barreira psicológica dos 20% de taxa de investimento em relação ao PIB.

Em 2010, a proporção ficou em 18,4%. O último ano em que o País superou a marca de 20% foi em 1994. Antes disso, somente entre 1986 e 1990, nos anos de ouro do milagre econômico (1971 a 1982), durante o período da ditadura militar, e em 1913. China e Índia, por exemplo, investem cerca de 40% do PIB, e a Coreia do Sul, 30%.

O que favorece o cenário nacional neste momento, avaliam os especialistas, é que as oportunidades superam os riscos. “Do ponto de vista das oportunidades não há por que esse ciclo de investimentos recuar”, diz o professor Sarti, da Unicamp.

Ele cita, como exemplos a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, além, claro, dos investimentos na exploração do pré-sal. Na opinião de Sarti, as notícias são boas, mesmo com todos os riscos associados. “Por mais que aeroportos e estádios estejam atrasados, algumas decisões estão sendo tomadas”, afirma. “Pode não ser com a qualidade que sonhamos, mas certamente a programação dos eventos é um elemento que contribui para os investimentos.”

O desafio do atual governo, contudo, é manter as condições macroeconômicas para que o País não desafine e perca o ritmo dos negócios. “Olhamos para o futuro com cautela”, diz José Otávio Carvalho, presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic), mesmo com a expectativa de crescimento de 70% da produção nos próximos quatro anos.



O chefe de pesquisa do BNDES, Fernando Puga, alerta que é preciso trabalhar pela estabilidade dos indicadores atuais para manter o otimismo dos empresários. Mas argumenta que há anos o Brasil não entrava com projetos de investimentos encorpados como agora.

"Há questões que preocupam, como o cenário externo para as empresas voltadas ao comércio exterior, mas o importante é que estamos na direção correta", diz Puga, lembrando que as enormes carências em infraestrutura no Brasil começaram a ser atendidas. Sarti, da Unicamp, lembra que marolas fazem parte da história brasileira e que o País já mudou de status. "As dores de crescimento são melhores que a tranquilidade da recessão", afirma ele.

A aposta da Duratex

Aproveitando o baixo endividamento e a oferta de crédito abundante, especialmente do BNDES, a Duratex, controlada pela Itaúsa, a holding que também é dona do Itaú Unibanco, vai investir R$ 1,2 bilhão nos próximos dois anos. Serão R$ 600 milhões por ano na ampliação e na modernização das unidades produtivas.



O principal investimento de 2010 foi a aquisição da empresa paraibana Elizabeth Louças Sanitárias, de João Pessoa, por R$ 80 milhões. Para 2011, a empresa vai concluir a transformação de uma fábrica de louças adquirida da Ideal Standard e deverá anunciar, em maio, a duplicação de sua capacidade instalada para produzir pisos laminados de madeira, hoje de 5 milhões de m² por ano para 10 milhões de m².

A justificativa para o investimento bilionário está na ponta da língua de Henri Penchas, presidente executivo da Duratex (à esq. na foto). Como pano de fundo aparecem as perspectivas de crescimento da economia brasileira para os próximos anos, puxadas pelos investimentos no setor de construção civil.

Já naturalmente aquecidos, os mercados em que a Duratex atua – chapas de madeira e louças e metais sanitários, produzidos com a marca Deca, deverão ser turbinados pelos preparativos para a Copa do Mundo, em 2014, e para os Jogos Olímpicos, de 2016. “A expectativa são de 20 mil quartos de hotel construídos ou renovados, e cada um deles vai precisar de torneiras e louças sanitárias novas”, diz Penchas.

Além dos investimentos programados para até 2012, a Duratex participa do jogo com a musculatura reforçada pela incorporação, em 2008, da concorrente Satipel. “Foi um casamento perfeito em termos de linha de produtos”, diz Penchas.

A maior parte da produção da Duratex eram placas de medium density fiberboard (MDF), ao passo que a Satipel concentrava-se no medium density particleboard (MDP). Ou seja, a Duratex produzia matérias-primas mais sofisticadas e a Satipel era forte nos itens mais baratos. “O MDF e o MDP são usados na construção e na indústria de móveis, e o fato de nos concentrarmos apenas em um deles nos fazia perder negócios”, afirma Penchas.

O novo ciclo de investimentos encontra a Duratex num momento especial de sua história em termos de rentabilidade. Em 2010, a companhia lucrou R$ 470,8 milhões, mais de quatro vezes o resultado do ano anterior.

Não por acaso, o valor de mercado da Duratex explodiu em apenas dois anos: subiu de R$ 455 milhões, no final de 2008, para R$ 8,2 bilhões em dezembro de 2010. “O mercado reconheceu nossos avanços em eficiência e governança corporativa”, diz Flávio Donatelli, vice-presidente financeiro (à dir.).

O Brasil no mapa da GE

Uma das maiores companhias do planeta, a General Eletric colocou o Brasil no topo da lista de seus planos globais de investimentos. A gigante americana anunciou este mês investimentos de US$ 550 milhões (quase R$ 1 bilhão) no País, para a construção de um centro de pesquisas dedicado a petróleo e gás na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, que entrará em operação dentro de dois anos.



A notícia foi dada pessoalmente à presidente Dilma Rousseff pelo presidente mundial da GE, Jeffrey Immelt, no Palácio do Planalto. Foi o primeiro encontro oficial de Dilma como chefe de Estado com um representante do setor empresarial. A meta é transformar o empreendimento na quinta maior plataforma de inovação em petróleo do mundo.

Todos os novos produtos desenvolvidos pela companhia receberão patentes registradas aqui. A ambição por conhecimento de ponta da GE se explica. Há seis meses, a multinacional investiu US$ 7 bilhões na aquisição de três empresas que operam no País nos setores de petróleo, gás e energia.

"Poucos mercados no mundo nos deixam tão otimistas quanto o Brasil", disse Immelt. Embora esteja presente no País desde 1919, este é o primeiro grande ciclo de investimentos da GE. Segundo Immelt, fã de carteirinha do Brasil, a companhia terá nos próximos anos foco especial nos setores energético e de saúde e tecnologia da informação. "O País se tornou essencial para a GE", afirmou o executivo.

O maior investimento do mundo

O caixa de R$ 93,7 bilhões para investir em 2011 já faz da Petrobras uma empresa de proporções superlativas. Trata-se de um valor equivalente a nove vezes o lucro do Bradesco, o maior banco privado nacional, em 2010 ou ainda 2,7 vezes o lucro da própria petroleira.



"É o maior investimento anual previsto por uma companhia no mundo", diz Almir Barbassa, diretor financeiro da Petrobras. Praticamente metade desse total, ou 46%, será investida na produção e exploração de petróleo e gás.

A empresa intensificará a perfuração de poços tanto para extrair a matéria-prima como para a prospecção. Serão 20 em 2011, cinco vezes mais que a média anual dos últimos quatro anos.

“Temos hoje 16 bilhões de barris de petróleo de reserva aprovada, com um potencial de crescimento para 30 bilhões, e ainda muitas reservas já descobertas, que vão sendo confirmadas, em fase de incorporação”, diz Barbassa.

Outra atividade que será privilegiada este ano é a área de abastecimento e refino, incluindo as obras para a conclusão da refinaria de Abreu Lima, em Pernambuco, que deve entrar em operação em 2012.

E, ainda, os investimentos no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que começa a operar em 2013. “Hoje produzimos mais petróleo do que podemos refinar e, então, precisamos de serviços no Exterior”, afirma o diretor financeiro. A ideia é ganhar valor agregado em solo brasileiro ao beneficiar o petróleo em refinarias locais.

Diante de projetos ambiciosos, a estatal puxa também investimentos em toda a cadeia de petróleo. Um estaleiro consome investimentos de R$ 1 bilhão a R$ 3 bilhões, dependendo do porte.

Num encontro recente com empresários, o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, chegou a incentivar a entrada de novos investidores na área. “Tenho três sugestões de investimentos no Brasil: façam estaleiros, façam estaleiros e façam estaleiros. Vamos precisar de muitos”, disse ele. Hoje a Petrobras tem contrato com 37 estaleiros e há outros 13 em construção.

Os coreanos querem mais

Os coreanos da Hyundai, o maior conglomerado industrial da Coreia do Sul, finalmente decidiram mostrar a que vieram. No mercado automobilístico, a presença no País ganhou novo impulso com um recente anúncio de construção de uma fábrica de R$ 1 bilhão em Piracicaba, interior de São Paulo.



Essa será a primeira planta própria da montadora coreana na América do Sul. Já existe em operação em Anápolis (GO), desde 2007, uma fábrica de veículos da marca, mas a unidade pertence ao grupo Caoa, controlado pelo empresário Carlos Alberto Oliveira Andrade, que distribui seus carros no País.

Apesar da indiscutível força no segmento das quatro rodas, a companhia quer muito mais do que montar automóveis e utilitários no Brasil. A Hyundai Heavy Industries vai construir uma fábrica de retroescavadeiras e grandes equipamentos para a indústria da construção ainda este ano.

O mercado estima que o investimento inicial irá superar os US$ 300 milhões. A unidade será implantada no Rio de Janeiro, em local ainda não definido. “Onde houver oportunidades, estaremos observando de perto”, diz Gi Seob Kim, o discreto presidente da Hyundai do Brasil, sem detalhar os investimentos.

Uma das áreas prioritárias seria agronegócio brasileiro. A empresa guarda a sete chaves suas estratégias para invadir o campo, mas não nega que é um setor muito sedutor.

Está negociando com os governos do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia a compra de dez mil hectares para plantar soja. O objetivo: exportar para a Coreia. A diversificação de negócios da Hyundai não é novidade para o grupo no mundo. Fora do Brasil, a empresa fabrica desde automóveis até elevadores e navios.

Na trilha da infraestrutura

Quando a primeira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançada, há cinco anos, ficou claro que o então governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha a intenção de transformar o País num canteiro de obras.



O plano era induzir o investimento privado tanto para áreas elementares, como a de saneamento básico, quanto para searas que ganharam importância na era da sustentabilidade, como a de energia renovável. Foi nesse contexto que o grupo Galvão decidiu se posicionar abrindo uma frente de negócios para aproveitar as oportunidades que começavam a aparecer.

A companhia tem entre seus sócios quatro herdeiros do conglomerado pernambucano Queiroz Galvão, que também atua em infraestrutura, em áreas como energia hidráulica e construção civil. Mas o foco da nova empresa era mesmo fincar sua bandeira em setores inexplorados.

Assim nasceram as companhias Cab Ambiental, de saneamento, e a Galvão Energia, de energia renovável. A Cab, que programa um investimento de R$ 1,5 bilhão até 2015, foi criada em meados de 2006, praticamente junto com o novo marco regulatório do saneamento básico, editado no início de 2007.

“O marco conseguiu estabelecer uma relação sã entre o setor público e as empresas privadas”, diz Yves Besse, presidente da Cab, que emprega 600 funcionários e faturou R$ 100 milhões em 2010. Hoje a empresa conta com 13 contratos fechados com governos estaduais e municipais para tratamento de água e esgoto.

Já a Galvão Energia marca território num segmento que deve ganhar cada vez mais incentivos. A meta do governo brasileiro é reduzir, a partir de 2014, a produção de combustíveis fósseis para fortalecer a geração de energia renovável.

A Galvão acaba de finalizar a prospecção técnica da usina de energia eólica que será erguida na cidade de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, e começará a contratar 500 pessoas para a construção de subestações de energia e as linhas regionais, que serão conectadas à rede nacional.

Serão 94 megawatts gerados, capazes de garantir energia para uma população de 250 mil habitantes, 70 vezes maior que o total de moradores de São Bento. O projeto vai consumir R$ 400 milhões.

"Mas temos em caixa outros R$ 2 bilhões para investir em novos projetos de energia eólica até 2017", diz Otávio Silveira, presidente da Galvão Energia. Segundo ele, a empresa tem capacidade para bancar a construção de novas usinas com capacidade total de geração de mais 600 megawatts, na região Nordeste.

Mais energia no horizonte

A empresa CPFL Energia tem investido sistematicamente na expansão da sua rede de geração e distribuição. Só no ano passado, foi R$ 1,85 bilhão, do qual R$ 800 milhões na usina hidrelétrica Foz de Chapecó, em Santa Catarina, onde a CPFL é sócia da geradora Furnas e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE. Este ano, a previsão inicial é de um investimento de R$ 1,6 bilhão.



“É uma prévia, com boas chances de que seja mais do que isso”, diz Gustavo Estrella, diretor de relações com investidores da companhia. A meta é dar prioridade à ampliação da rede de distribuição para atender à demanda crescente por energia, tanto industrial como residencial.

O aumento da renda dos brasileiros e a maior oferta de crédito no mercado ampliaram a venda de eletrodomésticos e, por consequência, o consumo energético. Só na região em que a CPFL atua como distribuidora, no interior de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e no Estado do Rio Grande do Sul, o consumo residencial por habitante cresceu de 563 kilowatts-hora (kwh) em 2004 para 709 kwh em 2010.

É um bom resultado, mas Estrella acredita que pode ser ainda melhor. “Se compararmos nosso consumo per capita com o de outros países, veremos que o Brasil tem muito a crescer”, afirma. No Uruguai, por exemplo, o consumo per capita é de 888 kwh. Na Argentina, 709 kwh.

Em outra frente, a empresa planeja novos investimentos em fontes de geração de energia renovável, como as usinas eólicas. O plano é investir R$ 900 milhões até 2012 em 12 usinas do gênero no Rio Grande do Norte. A lista inclui, também, quatro usinas de energia de biomassa, que devem consumir R$ 600 milhões até 2012.

BNDES, O superbanco público

Cada vez mais turbinado para atender à necessidade de financiamento de longo prazo para a infraestrutura, o BNDES já concede 3,3 vezes mais crédito que o Banco Mundial (Bird).

Em 2010 foram US$ 96,32 bilhões em desembolsos do banco público brasileiro contra US$ 28,85 bilhões do Bird. Hoje o banco tem uma participação de quase 20% sobre o total de investimentos no País, principalmente para o setor industrial – o BNDES não financia a construção civil.

O caixa disponível para 2011 é de R$ 145 bilhões, um pouco menos do que no ano passado (R$ 168,4 bilhões), numa tentativa de reduzir a dependência do setor privado para o dinheiro barato com juros subsidiados do banco.

Um dos programas que serão atingidos é o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), voltado ao financiamento de máquinas e equipamentos. Para atingir a meta de desembolsos, o BNDES recebeu um novo aporte do Tesouro este mês, de R$ 55 bilhões. A medida foi duramente criticada por economistas que veem nesse movimento uma contradição do governo diante do compromisso de refrear a inflação.

Uma safra especialmente bem-vinda- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 13/03/2011

A previsão de uma safra de 154 milhões de toneladas de grãos, um novo recorde, é especialmente bem-vinda quando o País enfrenta fortes pressões inflacionárias e há tanta incerteza sobre a evolução geral dos preços – um importante fator de preocupação apontado na última Ata do Comitê de Política Monetária (Copom). A ata e a nova estimativa de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, foram divulgadas na manhã de quinta-feira. Na semana anterior, a FAO, o organismo das Nações Unidas para agricultura e alimentação, havia publicado uma avaliação sombria das condições do mercado internacional. Seu índice de preços de alimentos havia atingido em fevereiro o nível mais alto desde o início da série, em 1990.

A perspectiva de mais uma boa temporada agrícola no Brasil é duplamente animadora. Do lado interno, contribuirá para atenuar as pressões inflacionárias, provenientes principalmente do exterior e reforçadas no mercado interno pela demanda, ainda forte, apesar de alguma desaceleração da economia. As estimativas da Conab apontam aumentos de produção de alimentos essenciais, como feijão, arroz e trigo (12,6%, 11,8% e 17%, respectivamente, mais que na safra 2009/10). Os estoques finais projetados para os três produtos são maiores que os do ano anterior. Além de tornar o abastecimento mais seguro, essa melhora das condições de oferta poderá contribuir para arrefecer a forte alta dos preços. A produção de soja deverá ser 2,3% maior que a da safra anterior. A de milho deverá diminuir 1,7%. Mas a colheita dos dois produtos deverá ser mais que suficiente para garantir um abastecimento tranquilo do mercado interno e para sustentar uma vigorosa exportação.

No ano passado, o complexo soja (grãos, óleo e farelo) se manteve como item principal da pauta de exportações do agronegócio e rendeu ao País R$ 17 bilhões, 22% da receita cambial do setor (US$ 76,4 bilhões). O milho é importante para as vendas externas do agronegócio principalmente como insumo destinado à produção de aves e suínos, mas também tem sido exportado na forma de matéria-prima.

Em 2010, o superávit comercial do agronegócio chegou a US$ 63 bilhões e foi bem mais que suficiente para compensar o déficit acumulado no comércio de bens industriais. O saldo positivo do agronegócio foi o triplo do superávit obtido pelo Brasil no comércio global de mercadorias, no ano passado. O bom resultado foi em parte propiciado pela evolução favorável dos preços internacionais.

Em janeiro o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, estimou para este ano exportações de produtos agropecuários de aproximadamente US$ 85 bilhões, favorecidas, mais uma vez, pela forte procura da China e de outras economias dinâmicas e pelas cotações internacionais ainda elevadas. Naquele momento, as estimativas da safra de grãos eram menores que as divulgadas nesta quinta-feira. As novas projeções são explicadas pela melhora das condições do tempo – as chuvas voltaram, depois de longa estiagem no Sul – e por um levantamento mais preciso das áreas de plantio.

Com expansão média de 3,67% ao ano, a agropecuária foi o setor com maior crescimento na última década, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período o conjunto da economia brasileira cresceu em média 3,59% ao ano. O desempenho do setor foi favorecido pela adoção do câmbio flutuante em 1999, pela oferta de crédito e pelo continuado esforço de modernização, com muito investimento em máquinas e equipamentos.

As condições externas também foram favoráveis. Houve uma longa fase de prosperidade global até 2008 e as economias mais dinâmicas, lideradas pela China, continuaram em crescimento mesmo depois disso, mantendo a demanda de alimentos e matérias-primas em firme expansão. As oportunidades criadas pelo mercado global só foram amplamente aproveitadas, no entanto, porque o agronegócio brasileiro, em acentuada modernização há 30 anos, estava preparado para ocupar espaços – apesar da guerra declarada ao setor por uma parte do grupo no poder a partir de 2003.

Uma safra especialmente bem-vinda- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 13/03/2011

A previsão de uma safra de 154 milhões de toneladas de grãos, um novo recorde, é especialmente bem-vinda quando o País enfrenta fortes pressões inflacionárias e há tanta incerteza sobre a evolução geral dos preços – um importante fator de preocupação apontado na última Ata do Comitê de Política Monetária (Copom). A ata e a nova estimativa de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, foram divulgadas na manhã de quinta-feira. Na semana anterior, a FAO, o organismo das Nações Unidas para agricultura e alimentação, havia publicado uma avaliação sombria das condições do mercado internacional. Seu índice de preços de alimentos havia atingido em fevereiro o nível mais alto desde o início da série, em 1990.

A perspectiva de mais uma boa temporada agrícola no Brasil é duplamente animadora. Do lado interno, contribuirá para atenuar as pressões inflacionárias, provenientes principalmente do exterior e reforçadas no mercado interno pela demanda, ainda forte, apesar de alguma desaceleração da economia. As estimativas da Conab apontam aumentos de produção de alimentos essenciais, como feijão, arroz e trigo (12,6%, 11,8% e 17%, respectivamente, mais que na safra 2009/10). Os estoques finais projetados para os três produtos são maiores que os do ano anterior. Além de tornar o abastecimento mais seguro, essa melhora das condições de oferta poderá contribuir para arrefecer a forte alta dos preços. A produção de soja deverá ser 2,3% maior que a da safra anterior. A de milho deverá diminuir 1,7%. Mas a colheita dos dois produtos deverá ser mais que suficiente para garantir um abastecimento tranquilo do mercado interno e para sustentar uma vigorosa exportação.

No ano passado, o complexo soja (grãos, óleo e farelo) se manteve como item principal da pauta de exportações do agronegócio e rendeu ao País R$ 17 bilhões, 22% da receita cambial do setor (US$ 76,4 bilhões). O milho é importante para as vendas externas do agronegócio principalmente como insumo destinado à produção de aves e suínos, mas também tem sido exportado na forma de matéria-prima.

Em 2010, o superávit comercial do agronegócio chegou a US$ 63 bilhões e foi bem mais que suficiente para compensar o déficit acumulado no comércio de bens industriais. O saldo positivo do agronegócio foi o triplo do superávit obtido pelo Brasil no comércio global de mercadorias, no ano passado. O bom resultado foi em parte propiciado pela evolução favorável dos preços internacionais.

Em janeiro o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, estimou para este ano exportações de produtos agropecuários de aproximadamente US$ 85 bilhões, favorecidas, mais uma vez, pela forte procura da China e de outras economias dinâmicas e pelas cotações internacionais ainda elevadas. Naquele momento, as estimativas da safra de grãos eram menores que as divulgadas nesta quinta-feira. As novas projeções são explicadas pela melhora das condições do tempo – as chuvas voltaram, depois de longa estiagem no Sul – e por um levantamento mais preciso das áreas de plantio.

Com expansão média de 3,67% ao ano, a agropecuária foi o setor com maior crescimento na última década, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período o conjunto da economia brasileira cresceu em média 3,59% ao ano. O desempenho do setor foi favorecido pela adoção do câmbio flutuante em 1999, pela oferta de crédito e pelo continuado esforço de modernização, com muito investimento em máquinas e equipamentos.

As condições externas também foram favoráveis. Houve uma longa fase de prosperidade global até 2008 e as economias mais dinâmicas, lideradas pela China, continuaram em crescimento mesmo depois disso, mantendo a demanda de alimentos e matérias-primas em firme expansão. As oportunidades criadas pelo mercado global só foram amplamente aproveitadas, no entanto, porque o agronegócio brasileiro, em acentuada modernização há 30 anos, estava preparado para ocupar espaços – apesar da guerra declarada ao setor por uma parte do grupo no poder a partir de 2003.

Municípios precisam atualizar cadastros de 1,3 milhão de beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 15/03/2011

Quem precisa informar dados como alteração de endereço, renda e número de integrantes da família recebe no extrato do benefício o comunicado do MDS. Cabe às prefeituras fazer campanhas chamando os beneficiários a fazer a atualização cadastral junto aos gestores do programa.

Brasília, 16 – Em 2011, os municípios brasileiros precisam atualizar os cadastros de mais de 1,3 milhão de beneficiários do Bolsa Família, programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A atualização cadastral inclui informações como mudança de endereço ou da renda mensal e aumento ou diminuição das pessoas da família.

Esse processo de confirmação ou alteração das informações gerais dos beneficiários foi introduzido pelo Decreto nº 6.135, de 2007, e deve ser feito a cada dois anos. O prazo final para a atualização dos dados é 31 de outubro de 2011. Quem estiver com os dados desatualizados há mais de dois anos e não passar pela revisão cadastral corre o risco de perder o benefício do Bolsa Família. Na etapa de 2010, 270 mil famílais tiveram benefícios cancelados por falta de atualização cadastral. Em 2009, o número de cancelamentos atingiu cerca de 550 mil famílias.

A atualização das informações permite que os gestores conheçam melhor a situação das famílias, reforçando o foco do programa e fazendo com que os benefícios cheguem a quem de fato necessita. As famílias que precisam realizar o recadastramento este ano estão recebendo avisos nos extratos bancários emitidos junto ao pagamento do Bolsa Família e devem procurar as prefeituras. Já os gestores municipais têm disponibilizada, pelo MDS, a listagem das famílias que devem ter os dados atualizados, e também devem fazer campanhas de chamamento para alertar a população beneficiária.

A revisão cadastral é feita em parceria com os municípios e funciona como mecanismo para aprimorar o Bolsa Família. O principal programa de transferência de renda do Governo Federal destina mensalmente mais de R$ 1,2 bilhão a 12,9 milhões de famílias em todo o País. Para garantir o benefício, as famílias precisam manter os filhos na escola, a agenda de saúde em dia e, pelo menos a cada dois anos, atualizar dados como renda, endereço e escola dos filhos.

Acesse o boletim: Mais de um milhão de beneficiários precisam atualizar o cadastro do Bolsa Família

Rogéria de Paula
(61) 3433-1105
Ascom/MDS

www.mds.gov.br/saladeimprensa

Estados	Famílias que precisam atualizar dados em 2011 (dados de janeiro)
Acre	6.997
Alagoas	49.174
Amapá	5.080
Amazonas	21.423
Bahia	137.863
Ceará	111.968
Distrito Federal	23.755
Espírito Santo	21.944
Goiás	24.528
Maranhão	85.972
Mato Grosso	15.044
Mato Grosso do Sul	12.119
Minas Gerais	118.378
Pará	57.818
Paraíba	50.886
Paraná	47.156
Pernambuco	107.405
Piauí	41.414
Rio de Janeiro	96.063
Rio Grande do Norte	31.946
Rio Grande do Sul	51.239
Rondônia	14.872
Roraima	2.570
Santa Catarina	15.850
São Paulo	151.868
Sergipe	17.591
Tocantins	10.025
Total Brasil	**1.330.948**

Regiões	Famílias
Centro-Oeste	75.446
Nordeste	634.219
Sudeste	388.253

Sul	114.245
Norte	118.785

Fonte: *Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS*

Brecha para estrangeiro obter terras é fechada – Capa – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

O governo decidiu bloquear compras e fusões, por estrangeiros, de empresas brasileiras que detenham imóveis rurais no País. Esse tipo de negócio estaria ocorrendo para burlar restrições à compra e arrendamento de terras por investidores de outros países. Operações de mudança do controle acionário de empresas proprietárias de áreas rurais envolvendo estrangeiros não poderão ser formalizadas. A partir do aviso, negócios fechados poderão ser suspensos na Justiça

Governo bloqueia compra de terras por estrangeiros – Marta Salomon – Nacional – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

Para controlar o avanço de aquisições e fusões com empresas do exterior, AGU mobiliza juntas comerciais e cartórios

O governo decidiu bloquear negócios de compra e fusão, por estrangeiros, de empresas brasileiras que detenham imóveis rurais no País. Esse tipo de negócio estaria ocorrendo, segundo avaliação do Planalto, como uma forma de burlar restrições impostas no ano passado à compra e ao arrendamento de terras por investidores estrangeiros.

O bloqueio de novos negócios foi determinado em aviso encaminhado ontem pela Advocacia- Geral da União ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Este repassará a ordem às juntas comerciais:operações de mudança do controle acionário de empresas proprietárias de áreas rurais envolvendo estrangeiros não poderão ser formalizadas. A partir do aviso,operações eventualmente fechadas podem ser suspensas na Justiça.

As juntas comerciais também vão auxiliar os cartórios a identificar a participação de capital estrangeiros nas empresas que comprem terras.

O ato do ministro Luiz Inácio Adam sé mais uma tentativa de controlar o avanço de estrangeiros sobre terras no Brasil. Em agosto do ano passado, parecer da AGU enquadrou empresas brasileiras cujo controle acionário e controle de gestão estejam em mãos de estrangeiros nas mesmas restrições impostas a empresas e pessoas físicas estrangeiras.

Área por cidade. Desde a década de 70, a lei impede a compra ou o arrendamento de mais que 50 módulos por estrangeiros. O limite, por município, equivale a 25% de seu território sob controle de cidadãos ou empresas de outras nacionalidades. Uma mesma nacionalidade estrangeira não pode deter mais do que 10% da área de um determinado município. Essas restrições haviam sido suspensas para empresas brasileiras,mesmo com controle estrangeiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

As restrições foram restabelecidas há sete meses e atribuídas a um cenário internacional que estimulava o avanço de estrangeiros sobre terras no Brasil. "A crise de alimentos no mundo e a possibilidade de adoção, em larga escala, do biocombustível como importante fonte alternativa de energia, apta a diversificar, com grande vantagem, a matriz energética nacional, são os principais vetores dessa nova abordagem da questão da propriedade da terra no Brasil", argumentou a AGU.

A esses argumentos juntaram-se a elevação do preço das commodities e a especulação como preço das terras, até a necessidade de conter o desmatamento na Amazônia. O parecer também chamava a atenção para a falta de controle sobre a compra de terras por estrangeiros. O número mais recente, fechado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)na semana passada, aponta em mãos de estrangeiros uma parcela de terra equivalente a 20% do Estado de São Paulo:4,5 milhões de hectares ou 45 mil quilômetros quadrados – números que, segundo as autoridades, não traduzem a realidade.

Os estudos da AGU também levaram em conta relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre o avanço de estrangeiros, também, sobre áreas de terras no litoral brasileiro.

Preço agrícola cai com aversão ao risco- Filipe Domingues – Mercado – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

Preocupações com as consequências do terremoto no Japão voltaram a derrubar os preços das matérias-primas no mercado internacional, entre elas os produtos agrícolas.O desastre fortaleceu o sentimento de aversão ao risco e,ontem,investidores venderam commodities e ações. Há muitas incertezas sobre o futuro da economia japonesa, a situação da infraestrutura no país e os vazamentos de radiação em usinas nucleares. São fatores que ameaçam o comércio internacional. Teme-se,portanto,uma redução da demanda do Japão por commodities, pelo menos no curto prazo. E o país é um grande importador de grãos.Na Bolsa de Chicago, o preço do trigo foi o que mais caiu. O contrato do cereal para entrega em maio despencou 7,35% e fechou a US$ 6,6775 por bushel.

Milho e soja também cederam com força. O Japão é o maior importador de milho dos EUA. O contrato do grão com vencimento em maio recuou 4,50%, atingindo o limite de variação diária permitido pela bolsa, de US$ 0,30.A soja despencou 5,22%, também no limite, de US$ 0,70. Em Nova York, o cenário foi parecido. O açúcar mergulhou 7,70% e o café, 3,79%.

Mesmo assim, os preços das commodities seguem altos, ainda reflexo da estreita relação entre oferta e demanda e alguns analistas consideraram a desvalorização de ontem como uma chance de realização de lucros por parte dos investidores.

Cientista da Embrapa é novo secretário de clima – Planeta – O Estado de São Paulo – 17/03/2011

O pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa, foi nome a do secretário nacional de Mudanças Climáticas. Especialista em agroclimatologia, Assad foi um dos coordenadores do maior estudo feito no País sobre o impacto do aquecimento global para a agricultura. Ele substitui a geógrafa Branca Americano. Com a mudança, espera-se reduzir as divergências constantes entre os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura na área de clima.

Assad é forma do em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (MG) e fez mestrado e doutorado em Montpellier, na França.No estudo sobre os efeitos das alterações climáticas para a produção agrícola do Brasil, a conclusão foi que a cana-de-açúcar(ecomissooetanol) se sairia bem,mas a segurança alimentar do brasileiro poderia ficar comprometida.

Governo busca substituto para Bertin – Karla Mendes – Economia – O Estado de São Paulo – 17/03/2011

Eletrobrás e Eletronorte procuraram empresas como Arcelor, CSN, Vale e Votorantim para ocupar lugar do investidor em Belo Monte

O governo procurou pelo menos dez empresas para ocupar o lugar da Gaia, braço de energia do Grupo Bertin, que deixou o consórcio que construirá a Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA).

Segundo revelou uma fonte ao **Estado**, a Eletrobrás e a Eletronorte fizeram reuniões com cada uma das seguintes empresas: Alcoa, Arcelor Mital, Camargo Corrêa Cimentos, CSN,Gerdau, Votorantim Energia, Vale, Thyssen Krupp CSA Siderúrgica do Atlântico e MPX. Nesses encontros, que ocorreram separadamente, as estatais apresentaram as condições para que essas empresas entrassem como investidores no consórcio.

As reuniões foram conduzidas por Adhemar Palocci, diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, e por Valter Cardeal, diretor de Engenharia da Eletrobras, que estão "capitaneando" as empresas, por determinação do governo. O critério de escolha do novo sócio da usina será o maior preço.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o governo não estava tendo dificuldade para encontrar um novo sócio para Belo Monte, que havia "muitas alternativas" e o assunto seria resolvido "dentro de pouco tempo". Na ocasião, Lobão afirmou que Vale, Alcoa,EBX ou até mesmo construtoras, como a Odebrecht e a Camargo Corrêa, que não participam da Norte Energia, mas integram o consórcio de dez construtoras responsável pelas obras da usina, poderiam assumir a participação da Gaia Energia na sociedade que vai administrar a usina.

Alívio. Foi um "alívio", tanto para o mercado quanto para o governo, a saída do Grupo Bertin do consórcio que erguerá a usina, revelaram fontes ao **Estado**. Isso porque, segundo essas fontes, nem o mercado nem o governo "acreditaram" que o Bertin poderia exercer, de fato, o papel de auto produtor de energia em uma usina desse porte. Tanto que a energia que ficaria a cargo da Bertin não foi contabilizada nas projeções do mercado até

2020,feita pela Associação Brasileira dos Investidores em Auto produção de Energia (Abiape).

Com as novas configurações do consórcio,uma fonte do mercado observa que quem construirá a usina, de fato, será um consórcio com uma composição muito parecida com aquele que perdeu o leilão. Isso porque, segundo a fonte, a Andrade Gutierrez, que integrava o consórcio que perdeu a disputa, vai comprar participação das pequenas construtoras, e terá de 6% a 9% do consórcio. A Vale, que também participou do consórcio perdedor, também está sendo assediada para assumir o projeto.

O leilão da Usina de Belo Monte foi disputado por dois consórcios: o Norte Energia e o Belo Monte Energia. Na ocasião, o Norte Energia era formado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobrás,Construtora Queiroz Galvão, Galvão Engenharia e outras seis empresas. O Belo Monte Energia tinha a construtora Andrade Gutierrez, a Vale, a Neoenergia, e duas subsidiárias da Eletrobrás – Furnase Eletrosul. A Eletrobrás passou a integrar os consórcios posteriormente, pois o governo definiu que ela seria parceira estratégica do consórcio vencedor.

Cooperativas agregam valor e tecnologia – Eduardo Magossi - Economia – O Estado de São Paulo – 21/03/2011

Organizados, os produtores evitam os atravessadores e conseguem melhores preços

O programa de biodiesel da Petrobrás Biocombustível fortaleceu o cooperativismo na agricultura familiar no Nordeste. Para fazer parte do programa, o agricultor precisou se associar a uma cooperativa, que, por sua vez, teve de se profissionalizar para atender às exigências da PBio.

As cooperativas mais estruturadas passaram a ter condições de apoiar os produtores no acesso a máquinas e tecnologia, além de ajudá-los a agregar valor ao produto e a vender. Maria Batista da Silva está entre os produtores beneficiados. “Antes, eu vendia toda a produção para atravessadores e não conseguia pagar as dívidas.” Presidente da associação dos produtores de Sete Brejos,uma agrovila de assentados em Indiaroba (SE), Maria diz que os programas mudaram a realidade da região. Hoje, toda sua produção é direcionada para as vendas de contrato. “Não tenho produto nem para vender na feira. Está tudo comprometido.” Além da garantia de escoamento, os recursos extras obtidos com os programas foram usados na aquisição de um debulhador para retirar as sementes de girassol da planta.

O fortalecimento das cooperativas permite que os agricultores cooperados agreguem valor ao seu produto. Em Indiaroba, a Cooperafir já conseguiu negociar um preço mais remunerador para a produção de laranja. “Não somos mais entregadores de laranja para a indústria”, afirma o presidente da cooperativa, Adinaldo do Nascimento. Agora, são eles que contratam a indústria,processam e engarrafam o próprio suco,com a marca da cooperativa. “Antes, tirávamos R$ 280 por tonelada de laranja. Agora, ganhamos R$ 400 por tonelada de suco, com uma margem muito maior para o produtor.” A laranja é uma das frutas plantadas em rotação com o girassol.

No município de Poço Redondo, a 200 quilômetros de Aracaju, cerca de 700 famílias plantam girassol, milho e feijão há dois anos. Com a renda gerada pela oleaginosa, a cooperativa local investiu em maquinário. “Temos a única plantadeira de girassol da região”, conta João Gomes, presidente da cooperativa. A semente é entregue para a Petrobrás e, o restante, aproveitado na produção de ração animal. Os produtores já estão vendendo a ração de talo de girassol por R$ 0,60 o quilo, valor que cobre os custos de produção da semente.Na primeira safra plantada, a produtividade média foi de 600 quilos por hectare. A expectativa é de que, com a mecanização, a produtividade atinja 1.400 quilos por hectare.

Com escala, soja ainda é a principal matéria-prima – Eduardo Magossi – Economia- O Estado de São Paulo – 21/03/2011

A inclusão da agricultura familiar no programa de biodiesel não garante que o óleo obtido da mamona e do girassol seja utilizado em escala na produção do combustível.“A soja ainda será a matéria prima principal da produção do biodiesel por 20 anos ou mais”, diz Olívio Teixeira, professor de Economia da Universidade Federal de Sergipe, especialista em agricultura familiar. Segundo ele, há uma limitação de escala na produção de combustível a partir das oleaginosas. “Essas culturas foram introduzidas na agricultura familiar para ser um complemento de renda em regiões onde os recursos econômicos são escassos.

Dentro desta missão, eles nunca terão escala suficiente porque o objetivo não é transformar a propriedade familiar em empresas de agronegócio.” Teixeira ressalta ainda que a agricultura familiar não tem acesso aos recursos tecnológicos oferecidos ao agronegócio – o que também é um obstáculo para que essas oleaginosas entrem no espaço hoje ocupado pelo óleo de soja. Mas o professor estima que, em três ou cinco anos, com o desenvolvimento do programa da Petrobrás Biocombustível (PBio), essa escala seja maior, com a utilização de máquinas, equipamentos, insumos e o solo corrigido.

A economista Amaryllis Romano, analista da Tendências Consultoria, ressalta que o óleo de soja continuará sendo dominante na produção de biodiesel, porque o combustível é uma forma de escoar o óleo de soja, subproduto do esmagamento do grão. Segundo ela, isto só vai mudar quando o próprio consumo do biodiesel ganhar escala e for maior que a demanda por farelo de soja. Amaryllis aponta também a necessidade de criar mercados expressivos para o óleo de mamona, girassol, dendê, além do programa de biodiesel. Dados da Agência Nacional de Petróleo,Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam que, em dezembro de 2010, 75% do biodiesel produzido no Brasil utilizava óleo de soja como matéria prima. Do total produzido, 20,5% usou gordura bovina como matéria-prima e 2,4%, óleo de algodão. Outras matérias-primas representaram 1,8%.

Ministra debate plano de erradicação da pobreza com o presidente do Ipea – Sítio Eletrônico do MDS – 23/03/2011

O plano será coordenado pelo MDS e terá três eixos de atuação: transferência de renda, ampliação do acesso e qualificação de serviços públicos e inclusão produtiva e geração de oportunidades

Ministra Tereza Campello e secretária Ana Fonseca recebem presidente do Ipea, Márcio Pochmann - Foto: Ana Nascimento/MDS

Brasília, 23 - A ministra Tereza Campello reuniu-se hoje, às 10h30, com o presidente do Ipea, Marcio Pochmann. O objetivo do encontro foi debater e avaliar ações conjuntas dentro do plano de erradicação da extrema pobreza, que está em fase de elaboração. "O Ipea é um grande aliado nesse processo", destacou a ministra.

O plano, que será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), terá três eixos de atuação: transferência de renda às famílias pobres, ampliação do acesso e qualificação de serviços públicos e inclusão produtiva e geração de oportunidades.

Segundo Campello, o Brasil é um país que cresce em todas as regiões e, portanto, oferece oportunidades de trabalho e renda. "Nós temos um mapa de oportunidades, mas em várias áreas falta gente pra trabalhar. Por outro lado, temos uma população extremamente pobre que precisa de emprego. Um grande esforço que estamos fazendo é aproximar esses dois mapas, o da pobreza e o de oportunidades", destacou.

A secretária extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca, participou da reunião.

Rafael Ely

Segundo pesquisador mexicano, transparência é uma das principais qualidades do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 25/03/2011

Afirmação foi feita em artigo de Felipe Hevia, que garante: com controle social e informações claras, o programa de transferência de renda contorna a possibilidade de interferência política

Brasília, 25 - O principal programa de transferência de renda do governo brasileiro alcança cidadãos de baixa renda de modo claro e democrático, segundo artigo escrito pelo pesquisador mexicano Felipe Hevia, do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, do México. O texto afirma que o Bolsa Família contorna problemas de interferência política e social na gestão do programa e destaca a eficiência

com que chega aos mais pobres.

Intitulado “Relações diretas ou mediadas? Envolvimento cívico e responsabilidade social no Programa Bolsa Família”, o artigo esclarece que os programas de transferência condicionada de renda, algumas vezes, criam uma falsa impressão de dependência do cidadão em relação à autoridade responsável pelo acesso aos benefícios oferecidos pelos governos. Ele mostra, porém, as alternativas implementadas pelo Bolsa Família para evitar que tais problemas ocorram no Brasil.

Hevia destaca a importância da clareza para informar ao cidadão sobre seus direitos. No caso do Bolsa Família, a divulgação é feita por televisão, rádio e nas escolas, além de cartas enviadas por escritórios de serviços sociais recebidas pelos beneficiários. Para o pesquisador, isso inibiu a mediação de líderes comunitários ou partidos políticos, tornando o processo mais transparente e participativo.

Os principais critérios listados pelo pesquisador são a clareza na elegibilidade das famílias beneficiadas; a publicidade da base de dados de beneficiários, que é pública; o envolvimento dos municípios na identificação de famílias pobres e na validação das condicionalidades; o pagamento dos benefícios por instituições bancárias; e o funcionamento de conselhos de responsabilidade social para supervisionar e acompanhar as autoridades responsáveis por tais atividades.

O reconhecimento da eficiência do Bolsa Família como programa de erradicação da extrema pobreza é amplo, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Além do recurso financeiro, o cidadão inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais tem acesso a cursos de capacitação profissional para complementação da renda familiar e a tarifas reduzidas de energia elétrica, entre outros benefícios.

Centro-Oeste fica com 77% da receita de grãos – Márcia De Chiara – Economia- O Estado de São Paulo – 27/03/2011

Região deve receber este ano cerca de R$ 74 bilhões com a venda das commodities
Mais da metade da receita da produção de grãos do País deste ano passará pela conta bancária dos agricultores do Centro - Oeste. É uma injeção na economia local de cerca de R$ 74,4bilhões,ou77%do resultado da venda de soja, milho, algodão e arroz, segundo cálculos da RC Consultores. Os preços dessas commodities estão em alta no mercado internacional, o que sustenta o bom resultado da renda da safra.

Fabio Silveira, diretor da consultoria, explica que a renda do campo tem efeito multiplicador na região, fortalecendo a urbanização, o consumo, o comércio e atraindo investimentos. Em 2010, três dos sete hipermercados abertos pelo Grupo Pão de Açúcar no País foram no Centro-Oeste.Além disso,o grupo inaugurou um centro de distribuição no Distrito Federal, diz o diretor do Pão de Açúcar para a região, Luiz Carlos Costa. Ele não

revela dados de desempenho, mas diz que “a praça tem bons indicadores”. Costa conta que há hipermercados programados para este ano na região e projeto de um centro de distribuição de itens não alimentícios. “A engrenagem do dinamismo do Centro-Oeste vem de fora”, observa Silveira, da RC, fazendo referência ao peso das exportações na economia local, especialmente com preço das commodities em alta.

Em 2008, os três Estados da região tiveram crescimento do PIB superior à média do País, de 5,2%. Goiás cresceu 8%; Mato Grosso, 7,9%; e Mato Grosso do Sul, 6,4%. O gerente de Contas Regionais do IBGE, Frederico Cunha,diz que o motor do crescimento do PIB desses Estados foi a agropecuária e a indústria. Nordeste. Já no caso do Nordeste, a região “queridinha” do consumo nos últimos tempos, a dinâmica do crescimento tem sido diferente. Segundo Silveira, o impulso para o crescimento econômico do Nordeste é mais complexo e diversificado. Isto é,mistura as atividades da indústria, comércio e turismo com o dinamismo do mercado doméstico, impulsionado pela política de renda mínima do Bolsa Família. Christine Pereira, diretora comercial da Kantar Worldpanel, frisa que, apesar do forte potencial de consumo do Centro- Oeste detectado nas pesquisas de anos recentes feitas pelo instituto, as Regiões Norte e Nordeste, que na sua pesquisa estão agrupadas, não perdem a posição de “bola da vez”.

Para sustentar esse raciocínio, ela pondera que, do total de 47,4 milhões de domicílios existentes no País, 12,7 milhões estão no Norte e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste reúne 3,6 milhões. “Em termos populacionais, o contingente do Norte e do Nordeste é maior”, destaca. Já Cunha, do IBGE, pondera que o PIB per capita da região, sem o Distrito Federal,é bem superior ao do Nordeste. Para Costa, do Grupo Pão de Açúcar, apesar de a população do Centro- Oeste ser menor que a do Nordeste, a renda média é maior. Mas ressalva: “O Centro-Oeste não o fusca o Nordeste.É uma nova fronteira do consumo”.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa
Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

opa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa